

CONCORRÊNCIA PÚBLICA SMAC Nº [•]/2022

**CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE USO PÚBLICO
E VISITAÇÃO, INCLUINDO OS EQUIPAMENTOS DE TURISMO DE
AVENTURA E MOBILIÁRIO DE APOIO NO PARQUE NATURAL
MUNICIPAL DA CATACUMBA.**

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

1. CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE USO PÚBLICO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CATACUMBA	3
2. DIRETRIZES DA CONCESSÃO	5
3. O PARQUE DA CATACUMBA	7
4. INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS E MEMORIAL FOTOGRÁFICO	13
5. EQUIPAMENTOS DE TURISMO DE AVENTURA INSTALADOS	21
6. DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES	27
7. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	34
8. INVESTIMENTOS OPCIONAIS	49
9. DIRETRIZES PARA OPERAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	50
10. SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS VOLTADOS AO USO PÚBLICO	56
11. ENCARGOS E CONTRAPARTIDAS OBRIGATÓRIOS	63
12. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE INVESTIMENTOS E ENCARGOS OBRIGATÓRIOS	71
13. SISTEMA DE MENSURAÇÃO DESEMPENHO	72
14. DISPOSIÇÕES FINAIS	72
15. ELEMENTOS DE ARQUITETURA: PLANTAS HISTÓRICAS DO PARQUE	74

1. CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE USO PÚBLICO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CATACUMBA

1.1. INTRODUÇÃO

- 1.1.1. O presente Termo de Referência apresenta parâmetros mínimos necessários para a Concessão para exploração de Serviços de Uso Público, operação, ampliação e manutenção dos serviços de uso público no Parque Natural Municipal da Catacumba, bem como as contrapartidas mínimas a serem ofertadas para a manutenção e gestão do PARQUE, a serem observados pelos proponentes na elaboração de suas propostas de concessão.
- 1.1.2. O documento reflete as premissas de projeto estabelecidas, a especificação dos equipamentos e os critérios referentes à operação das atividades, segurança operacional, plano de ação emergencial, descrição de rotinas de implantação e operação das atividades para apresentação das propostas, o zoneamento da unidade de conservação, especificando ainda os requisitos mínimos a serem respeitados e os encargos e contrapartidas a serem assumidos pela concessionária.
- 1.1.3. As informações apresentadas evidenciam o potencial de operação dos serviços de uso público do Parque Natural Municipal da Catacumba.
- 1.1.4. Todas as informações, projeções, dados e quantitativos constantes deste documento são referenciais, não havendo, por parte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, qualquer comprometimento e/ou garantia de que tais premissas serão aquelas adotadas durante a vigência da futura concessão, sendo obrigação das licitantes (e da futura concessionária) aprofundarem seus estudos de modo a apresentar seus documentos na licitação lastreados em informações, projeções, dados, quantitativos e outros elementos de sua autoria, uma vez que o risco quanto a estes elementos é exclusivamente assumido pelas licitantes e pela futura concessionária.
- 1.1.5. As proponentes interessadas na exploração da concessão deverão basear suas propostas nas informações contidas no Termo de Referência.

1.2. OBJETIVOS

- 1.2.1. Este Termo de Referência tem como finalidade estabelecer critérios para a operação, ampliação e manutenção dos serviços de uso público, contrapartidas mínimas, assunção de encargos e demais obrigações da concessionária do Parque Natural Municipal da Catacumba, bem como fornecer subsídios e parâmetros para a elaboração das propostas das licitantes.
- 1.2.2. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro adota uma nova política pública de gestão a ser implementada por meio de uma Concessão de Serviços de Uso Público, conforme será descrito ao longo deste Termo de Referência, objetivando promover o uso público do Parque Natural Municipal da Catacumba, a partir do incremento da visitação pública, por meio de melhorias na infraestrutura e nos serviços a serem disponibilizados e em busca das

melhores práticas de gestão a curto, médio e longo prazo. Deste modo, pretende-se instituir uma estrutura funcional e de serviços capaz de contribuir para uma gestão eficiente, respeitando a legislação vigente, e promovendo a conservação ambiental. De forma geral, a presente Concessão de Serviços de Uso Público tem por objetivos principais:

- Atingir as metas e resultados definidos em contrato, atendendo aos prazos de execução e aos critérios de avaliação ou desempenho dos serviços;
- Alcançar vantagem operacional em relação a proposta para a Administração Municipal; e
- Ampliar a visitação do Parque Natural Municipal da Catacumba, a partir da operação e manutenção de equipamentos e estruturas destinadas ao uso público.

1.2.3. Considerando-se os objetivos principais da Concessão de Serviços de Uso Público, este Termo de Referência pretende:

- Apresentar os parâmetros mínimos necessários à operação dos serviços de uso público do Parque Natural Municipal da Catacumba, a serem observados pelos licitantes;
- Explicitar as premissas de projeto estabelecidas, bem como a especificação dos equipamentos, das rotinas de implantação e operação das atividades e os critérios a serem atendidos referentes a operação das atividades;
- Descrever os requisitos mínimos a serem respeitados e os encargos a serem assumidos pela concessionária referentes à contrapartida mínima devida ao Parque Natural Municipal da Catacumba.

1.2.4. Para fins deste Termo de Referência de Concessão de Serviços de Uso Público, incluem-se no escopo de Uso Público os seguintes serviços:

- Operação, Manutenção e Ampliação de equipamentos de turismo de aventura;
- Construção, operação e manutenção de restaurante para venda de alimentos e preparo de refeições;
- Construção, operação e manutenção de quiosque para venda de alimentos;
- Instalação, operação e manutenção de estacionamento para dar suporte à visitação;
- Operação e manutenção de banheiros públicos; e
- Instalação, operação e manutenção de Centro de Visitantes, museu e salas administrativas.

1.2.5. Ressalta-se uma vez mais que todas as informações, projeções, dados, quantitativos constantes deste documento são meramente referenciais.

1.3. JUSTIFICATIVA

1.3.1. A Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), define em seu art. 11 que “os Parques Nacionais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”. Esta categoria de Unidade de Conservação, quando criada por municípios, é denominada Parque Natural Municipal.

1.3.2. Os Parques Naturais Municipais comportam a visitação pública com fins recreativos e educacionais, com condições e restrições básicas de uso pelo público definidas no Decreto Municipal nº 30.181 de 02/12/2008.

1.3.3. O Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Catacumba em seus capítulos 6 - Programas de Manejo - e 7 - Projetos Específicos - apresenta e detalha as atividades de uso público existentes na Unidade de Conservação, enfatizando os equipamentos e a

infraestrutura relacionada com a visitação pública.

- 1.3.4. A presente Concessão de Serviços de Uso Público no Parque Natural Municipal da Catacumba busca aprimorar o uso público desta Unidade de Conservação, adequando-o aos padrões de proteção ambiental e às normas da administração municipal e do Plano de Manejo.

2. DIRETRIZES DA CONCESSÃO

2.1. POLÍTICA DE INGRESSO E VISITAÇÃO

2.1.1. Não será permitida, em nenhuma hipótese, a cobrança de ingressos para a entrada no Parque Natural Municipal da Catacumba, sendo permitida apenas a cobrança de valores pela prestação de serviços de uso público a serem ofertados pela concessionária (tirolésia, arborismo, estacionamento, etc), bem como a comercialização de produtos previamente permitidos pelo PODER CONCEDENTE (lanchonete/restaurante, quiosques, loja de souvenirs etc.).

2.1.2. Além das formas de atendimento especificadas acima, serão avaliadas também a disponibilização de totens para execução de impressão de bilhetes ou pagamentos de estacionamentos de forma que o visitante possa escolher a forma de atendimento mais adequada.

2.1.3. O horário de visitação pública será o mesmo de funcionamento dos Parques Naturais Municipais. Caberá ao futuro concessionário, em comum acordo com a Gestão da UC e a SMAC, negociar a possibilidade de estender horários para determinadas atividades.

2.2. PREMISSAS DO PROJETO

2.2.1. Os proponentes deverão utilizar as informações constantes deste documento para elaboração do projeto da futura Concessionária, contemplando, no mínimo, as características técnicas e respectivas obrigações contidas neste Termo de Referência de Projeto Básico e no Plano de Manejo da Unidade de Conservação.

2.2.2. Os elementos de Projeto Básico fornecem os potenciais de imersão, práticas e incentivos à Consciência Ambiental, à Educação e ao Uso Público do Parque Natural Municipal da Catacumba. O que se pretende é que seja estabelecido um marco na concessão de Parques Naturais no Município do Rio de Janeiro, com um conceito moderno de turismo urbano e ecoturismo, resguardando o interesse público e a conservação do ambiente natural. A ideia é consolidar a relevância do PNM da Catacumba como atrativo turístico e como referência de preservação ambiental, ressaltando seus atributos ambientais e potencial educacional. A premissa essencial é que o entretenimento esteja sempre aliado ao conhecimento, contemplação e especialmente conservação.

2.2.3. Para firmar o Parque Natural Municipal da Catacumba como uma referência em Unidade de Conservação com serviços de Uso Público de excelência, preservação ambiental e de enquadramento ao contexto histórico ao qual se insere, é importante que algumas premissas do projeto sejam explicitadas.

2.2.4. Os projetos deverão ser apresentados pela concessionária de forma a possibilitar a perfeita compreensão da proposta, incluindo plantas, imagens, desenhos, croquis, protocolos de operação e demais informações pertinentes.

2.2.5. Como critério para a proposição de novas atividades deverão ser considerados os seguintes

itens:

- 1) O Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Catacumba que se encontra disponível online, na Gerência de Gestão de Unidades de Conservação e no PNM da Catacumba.
- 2) Aproveitamento dos espaços de forma lógica, integrada e compatível com o zoneamento da unidade de conservação demonstrado também através da disposição dos equipamentos em planta com escala adequada.
- 3) As edificações deverão contemplar iniciativas sustentáveis, absorvendo tecnologias que mitiguem impactos e reutilizem recursos.
- 4) Emprego de materiais compatíveis com áreas verdes de forma a não gerar impacto visual negativo na paisagem.
- 5) Utilização preferencial de materiais reciclados ou madeira certificada.
- 6) Adequação dos equipamentos de forma a minimizar ao máximo o impacto aos moradores do entorno por incômodos ocasionados pela operação dos equipamentos.

2.2.6. O projeto parte do conceito de conhecer para preservar, promovendo a disseminação do conhecimento através da contemplação da natureza, das experiências de aventura e das atividades educacionais oferecidas aos seus visitantes, além de novas experiências que acrescentem valor e evoquem diferentes pontos de vista quanto à apreciação do Parque Natural Municipal, como por exemplo:

1. Respeitar máximo ao meio ambiente, com conservação do ambiente natural;
2. Introduzir atrações de entretenimento e educação;
3. Adicionar valor percebido através da criação de experiências e aproximação dinâmica dos visitantes a natureza;
4. Promover o enriquecimento ambiental do Parque Natural Municipal;
5. Permitir fluidez de circulação;
6. Facilitar futuras expansões;
7. Conter as instalações adequadas para a preservação da fauna e da flora; e
8. Desenvolver banco de informações para preservação ambiental.

2.2.7. O projeto visa otimizar o espaço, reestruturando e reorganizando as áreas destinadas no Plano de Manejo para visitação e que já possuem impactos por meio de instalação de infraestrutura, dado que é necessário um melhor arranjo e ampliação dos serviços e equipamentos oferecidos ao visitante.

2.2.8. Atualmente, o PNM da Catacumba já conta com equipamentos de turismo de aventura, mas com uma composição e tamanho aquém em relação aos parâmetros de excelência esperados para um Parque Natural da Cidade do Rio de Janeiro. Desta forma, um dos principais alicerces da proposta do projeto conceitual, em conjunto com conservação da natureza, é a mescla de atrações interativas e de entretenimento à contemplação da biodiversidade. Este mix entre o ambiente natural e entretenimento deverá conferir ao PNM da Catacumba, características de um equipamento turístico plural, onde o ambiente preservado não será a única atração para os visitantes.

2.2.9. O projeto propõe diversificar as formas de relação do público com o PARQUE, a fim de que o conhecimento ou a diversão não dependam exclusivamente da interação com a natureza isoladamente, pois esta pode ser transitória ou não vir a ocorrer como o esperado durante a visita. Uma vez que se incorporem ao espaço, turismo de aventura, atrações extras, salas interativas, mostras educacionais e exposições, aumenta-se o grau de imersão e interação entre o visitante e o

espaço, gerando resultados impactantes de aprendizagem e estímulos positivos tanto para os espectadores como para a conservação do ambiente.

2.2.10. Diante do impacto da reforma e novas atividades propostas para o uso público, optou-se pela implantação por fases, de modo a possibilitar o uso contínuo do PARQUE pelos visitantes.

3. O PARQUE DA CATACUMBA

3.1. LOCALIZAÇÃO

3.1.1. O Parque Natural Municipal da Catacumba está situado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, no entorno de um dos principais pontos turísticos da cidade: a Lagoa Rodrigo de Freitas. Com área de 97,6 hectares encontra-se localizado nos bairros da Lagoa, de Copacabana, Botafogo e Humaitá. O acesso ao PARQUE é realizado pela Avenida Eptácio Pessoa, nº 3.000, Lagoa.



Mapa 1 – Detalhe das áreas de uso intensivo do Parque Natural Municipal da Catacumba sobre ortofoto de 2019, com mapeamento das alamedas, praças e sede da UC.

3.2. SITUAÇÃO ATUAL

- 3.2.1. Após a remoção da Favela da Catacumba, no início da década de 1970, com o objetivo de evitar a reocupação do Morro da Catacumba, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro promoveu a recomposição florestal da encosta e a implantação de um PARQUE voltado à difusão cultural e à exposição de obras de arte que deveriam se integrar à paisagem local.
- 3.2.2. O Parque da Catacumba foi criado pelo Decreto Municipal nº 1.967 de 19/01/79. Na década de 1980, a denominação do parque foi alterada primeiro para Parque Carlos Lacerda e posteriormente para Parque Marcos Tamoyo.
- 3.2.3. Em 1986, a Área de Proteção Ambiental do Sacopã foi criada por meio do Decreto Municipal nº 6.231 de 28/10/86, no entorno do então Parque Marcos Tamoyo.
- 3.2.4. Após a instituição do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) e sua posterior regulamentação por meio do Decreto Nº 4.340, de 22/08/02, a Prefeitura publicou o Decreto Municipal nº 22.662, de 19/02/03, que renomeou os parques municipais, o então Parque

Marcos Tamoyo passou a ser denominado de Parque Natural Municipal da Catacumba.

- 3.2.5. As áreas circundantes ao PNM da Catacumba integram um mosaico de unidades de conservação formado por 03 (três) Parques Naturais Municipais (PNM Catacumba, PNM Fonte da Saudade e PNM José Guilherme Merquior) e 03 (três) Áreas de Proteção Ambiental (APA do Sacopã, APA do Morro dos Cabritos e APA do Morro da Saudade).
- 3.2.6. Com o objetivo de tornar mais eficiente a gestão deste território, foi publicado o Decreto RIO nº 49.890 de 30/11/2021 que ampliou a área do Parque Natural Municipal da Catacumba e da Área de Proteção Ambiental do Sacopã, integrando a área das demais unidades de conservação.
- 3.2.7. O Parque Natural Municipal da Catacumba dispõe de fornecimento de água e energia elétrica por concessionárias de serviços públicos e o sistema de esgotamento sanitário instalado está interligado à rede coletora de esgoto da CEDAE.

3.3. ZONEAMENTO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CATACUMBA

- 3.3.1. A Lei Federal 9.985/2000 conceitua o zoneamento da unidade de conservação como a “definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.
- 3.3.2. Com base nos critérios acima apresentados, o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Catacumba definiu 05 (cinco) zonas distintas: Zona de Proteção Integral, Zona de Recuperação, Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Especial e Zona de Uso Intensivo.
- 3.3.3. As normas gerais do Parque Natural Municipal da Catacumba constam no Plano de Manejo da Unidade de Conservação e devem ser contempladas nos projetos propostos referentes a este TERMO DE REFERÊNCIA.

A. Zona de Proteção Integral

- 3.3.4. Compreendem as áreas que, por processo natural, apresentam cobertura vegetal, constituída em sua maior parte por espécies nativas integrantes do ecossistema local. A área incorporada em seus limites compreende o paredão rochoso do Morro dos Cabritos e seu topo.
- 3.3.5. Tendo como objetivo principal a preservação do ambiental natural, possibilitando a conservação da fauna e flora e, ao mesmo tempo, proporcionar a realização de estudos, pesquisas científicas e atividades de lazer na forma primitiva.
- 3.3.6. Principais normas:
- Será permitida nesta zona as atividades exclusivamente destinadas à pesquisa científica, fiscalização, monitoramento e a visitação com caráter mais restritivo.
 - A visitação deverá respeitar todas as normas de uso público e as específicas para atividades de montanhismo.
 - A instalação de estruturas de apoio ou equipamentos será permitida somente para fins de fiscalização, monitoramento, pesquisa e obras geotécnicas. Deverão ter caráter provisório e gerar baixo impacto.
 - Serão permitidas instalações permanentes apenas para fins de controle erosivo (obras geotécnicas).
 - Não será permitida a abertura de trilhas, exceto para casos de resgate, combate a incêndio ou outras

atividades voltadas à proteção desta zona.

- As vias de escalada existentes no costão do morro dos Cabritos deverão ser georreferenciadas e incorporadas ao mapeamento do PARQUE.
- Qualquer atividade permitida não poderá comprometer a integridade dos recursos naturais.

B. Zona de Recuperação

3.3.7. É aquela constituída pelas áreas em processo de recuperação do ambiente natural por consequência de alterações antrópicas significativas. Constitui-se em zona provisória a fim de restabelecer as características naturais o mais próximo possível do ecossistema local. Após concluídos os processos de recuperação esta zona deverá ser incorporada a uma ou mais zonas permanentes da UC.

3.3.8. Tendo como objetivo principal a restauração de áreas antropizadas do PARQUE e deter os processos de degradação.

3.3.9. Principais normas:

- A recuperação das áreas degradadas será executada através de projetos específicos elaborados pelo órgão gestor do PARQUE ou por este autorizado quando envolver colaboradores, parceiros, empresas e profissionais contratados para este fim.
- As espécies exóticas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou induzida.
- Para a recuperação induzida somente poderão ser utilizadas espécies integrantes do ecossistema local.
- Deverá ser avaliado o potencial de visitação destas áreas em recuperação para fins de educação ambiental.
- Serão admitidas infraestruturas provisórias, quando essenciais aos trabalhos de recuperação da fauna e flora e de pesquisas científicas e arqueológicas.
- Serão admitidas instalações permanentes de equipamentos voltados ao ecoturismo, desde que não causem impactos significativos ao ecossistema local.

C. Zona de Uso Extensivo

3.3.10. É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais que sofreram poucas alterações humanas. Esta zona é constituída pelas trilhas do Mirante do Sacopã.

3.3.11. Tendo como principal objetivo a manutenção dos ambientes naturais com o mínimo impacto humano e promover a educação ambiental, a pesquisa científica e o lazer, oferecendo facilidades para acesso público, com a realização de atividades de visitação e lazer compatíveis com a proteção do ambiente natural.

3.3.12. Principais normas:

- São permitidas nesta zona atividades de fiscalização, pesquisa científica, monitoramento ambiental e visitação pública com lazer e interpretação ambiental.
- Poderão ser instaladas infraestruturas simples para a interpretação ambiental e de apoio à visitação pública e pesquisa, desde que se preserve a harmonia com a paisagem e sejam estabelecidas em condições de baixo impacto.
- As trilhas deverão ser constantemente monitoradas, devendo sofrer intervenções quando necessário, visando à contenção de processos erosivos e abertura de atalhos.
- A visitação nesta área poderá ser restringida conforme os limites de frequência estabelecidos ou que venham a ser definidos posteriormente.

D. Zona de Uso Intensivo

3.3.13. Constituída pelas áreas com alterações do ambiente natural destinadas à visitação e que

possuem maior interferência se comparadas à zona de uso extensivo, sendo composta principalmente pelas alamedas e largos, possuindo na sua maior parte calçamento característico de parques urbanizados. Nesta zona estão concentradas as esculturas que compõem o acervo cultural do PARQUE.

3.3.14. Tendo como objetivo principal facilitar a visitação, a recreação, o lazer e a educação em harmonia com o ambiente natural.

3.3.15. Principais normas:

- Todos os serviços oferecidos ao público deverão estar concentrados nesta zona: lanchonete, sanitário, instalações para serviços terceirizados, estacionamento e outros.
- Deverá ser elaborado projeto específico para a construção do Centro de Visitantes, caso o espaço físico disponível demonstre-se insuficiente.
- Todas as construções deverão estar harmonicamente integradas com o ambiente.
- Poderá ser estabelecida iluminação artificial adequada e compatível com a UC, de forma a facilitar a vigilância permanente das esculturas e demais estruturas de apoio.

E. Zona de Uso Especial

3.3.16. É a zona na qual estão localizadas as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da unidade de conservação.

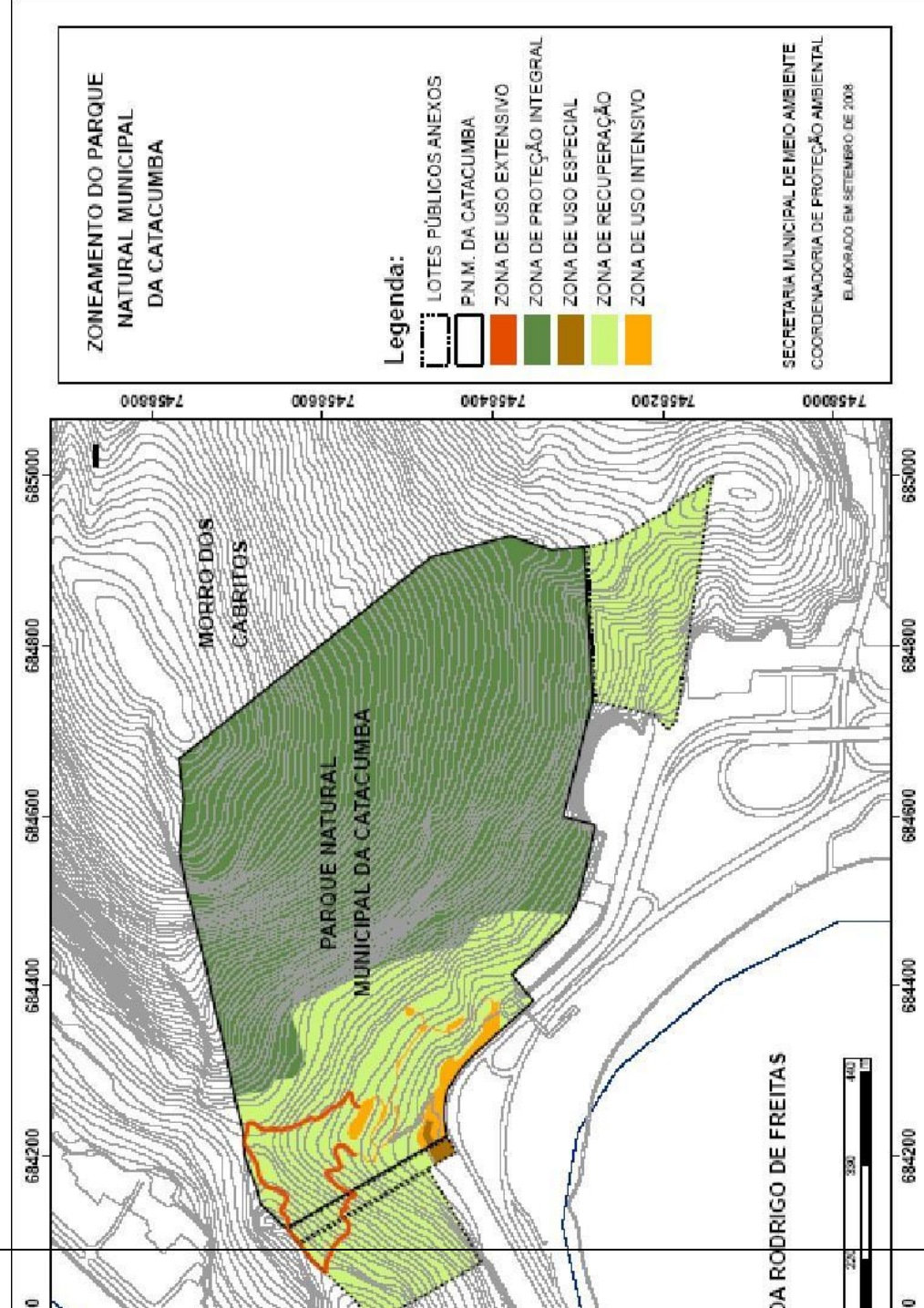
3.3.17. Tendo como objetivo principal a compatibilização das atividades administrativas e operacionais com os objetivos de conservação da UC.

3.3.18. Principais normas:

- Esta zona deverá comportar a sede administrativa da UC e os serviços inerentes a sua gestão.
- Todas as construções e reformas deverão estar harmonicamente integradas com o ambiente e preferencialmente seguindo o padrão da edificação existente.
- O Centro de Visitantes poderá funcionar junto à sede administrativa do PARQUE aproveitando o espaço físico existente.



Mapa 2 – Zoneamento do Parque Natural Municipal da Catacumba sobre ortofoto de 2019.



3.4. QUADROS DE ÁREAS

3.4.1. Neste capítulo são apresentadas as áreas a serem utilizadas no desenvolvimento deste projeto conceitual.

Tabela de Resumo Geral

Zona	Área (ha)	% Área*
Proteção Integral	19,70	62,02
Recuperação	11,32	35,63
Uso Extensivo	0,06	0,19
Uso Especial	0,08	0,26
Uso Intensivo	0,60	1,90

*considerados somente as áreas previstas no Plano de Manejo, antes da ampliação do PARQUE.

3.4.2. A delimitação oficial perfaz 97,6 hectares, dos quais 26,5 ha correspondem à área de intervenção proposta neste Termo de Referência, conforme previsto no Plano de Manejo vigente para esta Unidade de Conservação.

3.4.3. Diante da ampliação do Parque Natural Municipal da Catacumba, por meio do Decreto Rio nº 49.890 de 30 de novembro de 2021, a proposta de Concessão de Serviços de Uso Público público aqui apresentada é restrita basicamente a serviços nas áreas já englobadas pelo PARQUE anteriormente. Tal limitação se dá pelo fato de o Plano de Manejo do PARQUE somente prever o zoneamento, usos e proposta de concessão destes serviços na área inicial do PARQUE.

4. INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS E MEMORIAL FOTOGRÁFICO

4.1. BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

4.1.1. O PODER CONCEDENTE disponibilizará à CONCESSIONÁRIA os imóveis, infraestruturas e instalações indicados neste item do Termo de Referência – INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS E MEMORIAL FOTOGRÁFICO, no estado em que se encontram, para suporte dos serviços e atividades concedidos, relacionados aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS e ENCARGOS OBRIGATÓRIOS.

4.1.2. Além dos imóveis, infraestruturas e instalações cujas intervenções são obrigatórias, a CONCESSIONÁRIA terá à sua disposição, no estado em que se encontram, outros bens inseridos na ÁREA DE USO PÚBLICO de uso facultativo nos quais poderá intervir e explorar serviços e atividades caso seja de seu interesse.

4.1.3. A CONCESSIONÁRIA deverá dar novo uso ao edifício Sede do Parque, o pavilhão Victor Brecheret, incorporando-o às atividades de uso público e utilizando o espaço administrativo para uso pela CONCESSIONÁRIA e da Gestão do PARQUE.

4.2. PAVILHÃO VICTOR BRECHERET

4.2.1. O Pavilhão Victor Brecheret, principal edificação existente no PARQUE, abriga a Sede do Parque Natural Municipal da Catacumba. O local foi originalmente destinado à realização de eventos e internamente é constituído por:

- ✓ 06 (seis) salas administrativas de diferentes dimensões;
- ✓ 01 (uma) sala de reunião;
- ✓ 02 (dois) banheiros (masculino e feminino) para uso dos funcionários;
- ✓ 02 (dois) banheiros (masculino e feminino) de uso público.
- ✓ 01 (uma) cozinha;
- ✓ 02 (duas) salas destinadas ao depósito de materiais e equipamentos;
- ✓ 01 (uma) sala destinada à Guarda Municipal.



Figura 01: Sede do Parque (Pavilhão Victor Brecheret) com vista frontal.



Figura 02: Sede do Parque com vista lateral, da alameda de acesso à parte alta.

- 4.2.2. A área da Sede do Parque (Pavilhão Victor Brecheret) encontra-se com infraestrutura interna necessitando de reforma (não estrutural) com remodelação completa do espaço interno. Não há área de recepção dos visitantes e as áreas administrativas necessitam de climatização adequada.

4.3. ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE E MELIPONÁRIO

- 4.3.1. Ao lado do Pavilhão Victor Brecheret encontra-se instalado um equipamento de atividades físicas destinada a melhor idade, com área restrita sobre piso elevado, tal equipamento é semelhante aos existentes em diversas praças e parques urbanos no Município do Rio de Janeiro.
- 4.3.2. Junto aos fundos do Pavilhão e ao permeando o acesso ao estacionamento está instalado um meliponário com diversas caixas de abelhas nativas, contendo enxames de diferentes espécies nativas, com o propósito de educação ambiental.

Figura 03: Academia da terceira idade contígua à Sede do Parque.



Figura 04: Local onde está implantado as casas de abelhas nativas (meliponário).

4.4. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

- 4.4.1. A área do Parque Natural Municipal da Catacumba já abrigou uma fazenda, a Chácara da Catacumba e posteriormente a Favela da Catacumba que surgiu na década de 30 do século XX e foi removida no final da década de 70. Em diversos pontos da zona de proteção integral é possível encontrar ruínas da favela e detritos não removidos.
- 4.4.2. O PNM da Catacumba é o único PARQUE de esculturas ao ar livre da cidade do Rio de Janeiro. A partir de sua inauguração em 1979 recebeu doação de peças artísticas de instituições públicas e privadas. O acervo do PARQUE conta com 32 esculturas de conceituados artistas plásticos. Em função de estarem expostas ao ar livre, as peças necessitam de manutenção constante.



Figura 05: Escultura “Iansã” - Tathi Moreno.



Figura 06: Escultura “Índio lutando com Felino” - H. Peyrol.



Figura 07: Ruína da antiga favela que existia no local.

4.4.3. As esculturas e obras de arte existentes no Parque Natural Municipal da Catacumba encontram-se em área aberta, necessitando de constante manutenção para preservação deste importante conjunto de bens culturais. As ruínas e achados arqueológicos do PNM da Catacumba não possuem sinalização adequada ou maiores cuidados de conservação, necessitando de disposição adequada para os achados arqueológicos e sinalização histórica para as ruínas.

4.5. ALAMEDAS, PRAÇAS E TRILHAS

- 4.5.1. O PARQUE, nas áreas já mapeadas pelo Plano de Manejo publicado no ano de 2008, possui cerca de 620 metros lineares de alamedas, o que corresponde a 2.800 m² de área pavimentada com paralelepípedos que formam caminhos na área destinada ao uso público. As alamedas pavimentadas ligam em sua maioria praças, compostas por áreas mais amplas, também pavimentadas, onde existem obras de arte, mirantes, mobiliário de uso público e espaço para contemplação da natureza.
- 4.5.2. O PARQUE conta com 4 praças: Acoplamento, Incerteza, Evolução e Verticalidade, todas com piso plano, de paralelepípedo, pedras e terra.
- 4.5.3. O PARQUE conta com uma trilha circular que dá acesso aos mirantes do Sacopã e da Pedra do Urubu. O trecho do início da trilha até o mirante do Sacopã tem cerca de 380 metros de comprimento, subida íngreme e duração aproximada de 20 minutos. O trecho entre os mirantes tem cerca de 80 metros de comprimento, é plano e tem duração aproximada de 5 minutos. O trecho da Pedra do Urubu até o final da trilha na Praça do Acoplamento tem cerca de 400 metros de comprimento, descida moderada e duração aproximada de 15 minutos.
- 4.5.4. A trilha circular que leva ao mirantes está em condições plenas de uso, porém o uso constante dos visitantes, associado à intempéries e à declividade do terreno, ocasiona erosões, tornando-se necessárias ações de manejo e monitoramento. Ao longo das trilhas é necessário realizar

ações de recomposição da vegetação nativa evitando alargamento da mesma, uma vez que há forte incidência de espécies exóticas invasoras.

- 4.5.5. As áreas de visitação pavimentadas são um grande atrativo do Parque Natural Municipal da Catacumba, com a possibilidade de ampliação de seu uso, tendo em vista o fácil acesso e amplos espaços.



Figura 08: Trilhas - aspecto geral.



Figura 09: Ponto de oferta hídrica para a fauna.



Figura 10: Alameda e praça da Incerteza, exemplos de áreas de visitação pavimentadas com esculturas e mobiliário de uso público.

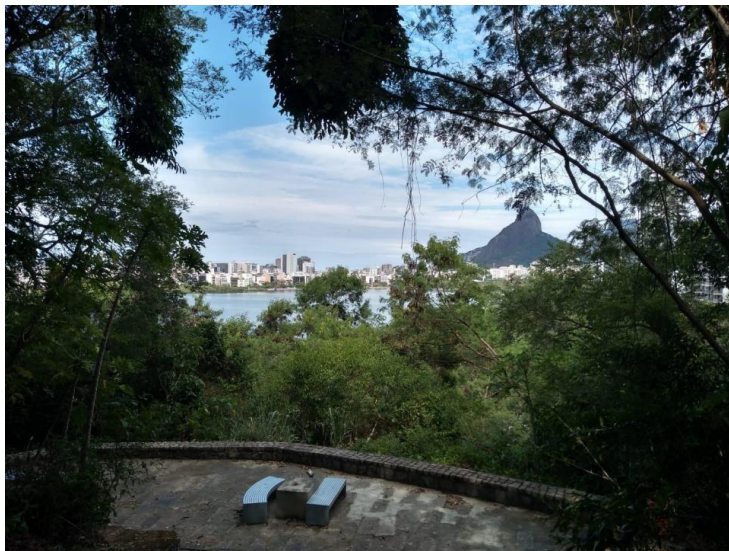


Figura 11: Praça da Evolução, com vista para a Lagoa Rodrigo de Freitas e o Morro Dois Irmãos.

5. EQUIPAMENTOS DE TURISMO DE AVENTURA INSTALADOS

5.1. CIRCUITO DE ARVORISMO ADULTO

- 5.1.1. O Circuito de Arvorismo possui 110 metros de comprimento e 09 pontes, sendo o principal equipamento de turismo de aventura instalado no PARQUE. O conjunto formado pelo circuito de arvorismo adulto e a tirolesa corresponde a uma estrutura linear de 185 m de extensão. O circuito é permanente (fixo) com estrutura de suporte artificial (postes de eucalipto) onde foram fixadas estruturas de suporte (plataformas) metálicas. O circuito segue paralelo em parte das alamedas existentes na área de uso intensivo.
- 5.1.2. As escadas são metálicas e foram instaladas no início e no final do percurso, com guarda- corpo de ambos os lados e portão para restrição ao seu acesso.

5.2. CIRCUITO DE ARVORISMO INFANTIL

- 5.2.1. O arvorismo infantil está instalado no mesmo local do arvorismo de adultos, com aproveitamento da mesma estrutura de suporte.
- 5.2.2. O equipamento é voltado para o público infantil, principalmente crianças de até 1,40 metros de altura ou de faixa etária inferior a 07 (sete) anos de idade.
- 5.2.3. O planejamento do percurso leva em conta a necessidade de resgatar um cliente em qualquer trecho no tempo mais curto possível, bem como permitir acesso facilitado para inspeção e manutenção das diversas estruturas (plataformas, obstáculos, fixações e acessos).
- 5.2.4. O “mini arvorismo” possui 90 (noventa) metros de extensão e utiliza brinquedos de nível técnico mais fácil e, principalmente, que não ultrapassem 2,0 (dois) metros de altura em relação ao nível do solo, diferentemente do circuito adulto que está projetado a 6,0 (seis) metros de altura do solo.
- 5.2.5. A instalação do circuito considerou os aspectos técnicos operacionais visando atender aos requisitos de segurança operacional, apresentando facilidade de comunicação com quem está realizando o circuito, além da possibilidade de resgate em qualquer dos elementos, garantindo a evacuação segura do cliente em situações adversas.
- 5.2.6. O circuito é permanente (fixo) com estrutura de suporte artificial (postes de eucalipto) onde foram fixadas estruturas de suporte (plataformas) metálicas. O sistema de autosseguro é um dispositivo de segurança conectado ao ponto de fixação da cadeirinha através de corda e mosquetão com trava na outra extremidade, conectado a um sistema de vagão desenvolvido, para tal finalidade. Este equipamento chamado de traquitana ou vagão é conectado a uma linha de vida, ou seja, dispositivo de segurança linear (cabo de aço) de proteção contra a queda em altura ao qual o cliente é conectado pelo autosseguro durante a progressão.
- 5.2.7. Os obstáculos não possuem componentes com quinas vivas, elementos penetrantes, extremidades de cabos ou parafusos desprotegidos. Os obstáculos do circuito de arvorismo infantil são:
- Ponte Suspensa;
 - Ponte de Eucalipto;
 - Falsa Baiana;
 - Ponte Tibetana;

- Ponte Suspensa com cabos;
- Ponte Tibetana com cabos;
- Ponte de madeira com corrimão.

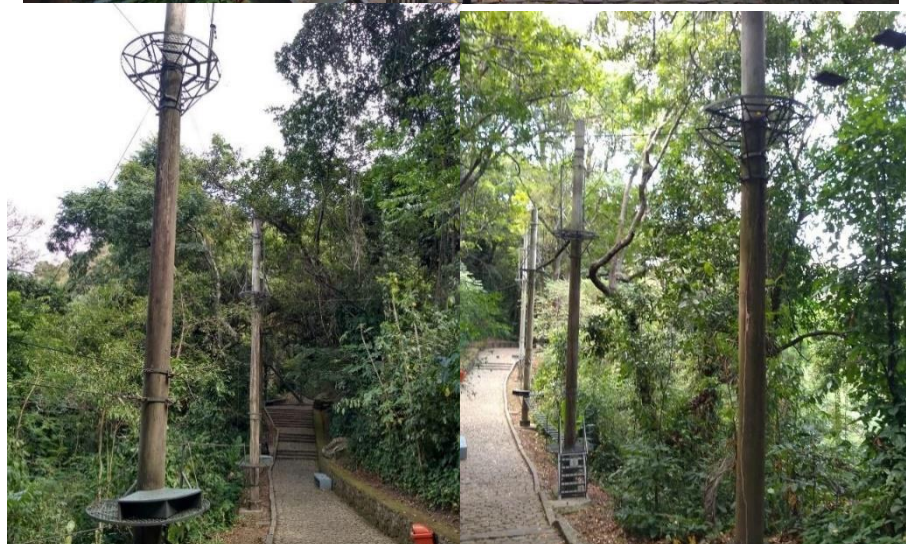


Figura 12: Circuito de Arvorismo (infantil e adulto) instalado ao longo da alameda principal.

5.3. TIROLESA

- 5.3.1. O início da tirolesa está localizado no final do circuito de arvorismo, podendo ser realizada no momento em que o usuário finalizar o arvorismo ou de modo independente.
- 5.3.2. A tirolesa é constituída de (02) dois cabos aéreos tensionados ligando 02 (dois) pontos afastados na horizontal, onde o cliente conectado a ele desliza entre um ponto e outro utilizando polias duplas próprias para esse fim. Os cabos atendem aos requisitos da norma ABNT NBR 6327.
- 5.3.3. Os cálculos de carga de suporte consideraram um único usuário na tirolesa por descida com uma massa máxima de 110,0 kg, e os critérios adotados foram os mesmos do arvorismo.
- 5.3.4. O usuário não é o responsável por sua desaceleração, que ocorre através da soma dos fatores de desnível entre as plataformas, tensionamento do cabo, ângulo de inclinação do cabo de aço na chegada, atrito da polia com o cabo de aço, força da gravidade e sistema de freio instalado. A frenagem dos participantes será feita por um monitor devidamente qualificado através de um sistema de freios composto por borrachas de absorção de impacto, polias, roldanas, mosquetões e cordas.
- 5.3.5. O cabo de aço está instalado de forma que o cliente não tenha como tocá-lo com suas mãos. Há ainda dispositivos amortecedores instalados no ponto de chegada do usuário, de modo a intensificar os procedimentos de segurança que minimizem os riscos ao usuário.
- 5.3.6. Os postes de ancoragem dos cabos de aço contam com tirantes de aço independentemente do cabo da tirolesa para assegurar a estabilidade da estrutura de suporte de saída com 02 (dois) tirantes e de chegada com 04 (quatro) tirantes.



Figura 13: Área de início do circuito de arvorismo e ponto de início da tirolesa.

5.4. MURO DE ESCALADA

5.4.1. Instalado na Praça Verticalidade, o muro apresenta altura de 7,00 metros e largura de 5,00m, revestimento em placas de fibra simulando uma rocha e partes com compensado naval de 20 mm pintado, sendo sustentado por estrutura metálica e coberto com telhado metálico. Aproximadamente 250 agarras feitas de resina e areia próprias para tal finalidade, de diversos tamanhos, fixadas por porcas agarras de ¼ de polegada. Ao longo de toda a extensão do muro, em seu segmento mais elevado e no sentido horizontal, foi utilizado tubo galvanizado de 100 mm para passagem da corda que provém suporte de segurança (escalada com corda de cima ou “top rope”). O piso no entorno da área do muro de escalada é de concreto com acabamento em cimento queimado.



Figura 14: Muro de escalada existente na praça da Verticalidade.

5.4.2. Os equipamentos de turismo de aventura do Parque Natural Municipal da Catacumba estão distribuídos pela parte central da área de visitação, com boa qualidade e atratividade, havendo ampla gama de possibilidades de ampliações.

5.5. PARQUE DE RECREAÇÃO INFANTIL

5.5.1. O PNM da Catacumba possui um parquinho de recreação infantil para crianças de 02 a 04 anos, localizado próximo ao portão de entrada, possuindo cerca de 40 m² de piso emborrachado colorido e brinquedos de fibra de vidro revestidos com mesmo material, incluindo:

- Escorrega com túnel de fibra revestido em piso emborrachado, corrimão metálico e agarras de escalada em resina;
- 05 (cinco) semicírculos revestidos de piso emborrachado;
- Brinquedo do tipo “pula-pula” construído com pneu automotivo;
- Ponte com túnel em forma de animal revestida com piso emborrachado;
- Jogo de “amarelinha” pintado no piso emborrachado.



Figura 15: Parque de recreação infantil próximo a entrada do PARQUE.

5.5.2. O parque de recreação infantil encontra-se em ótimo estado de conservação e próximo à entrada do Parque Natural Municipal da Catacumba.

5.6. ESPAÇO DE RECEPÇÃO E SERVIÇOS DE APOIO (QUIOSQUE)

5.6.1. O quiosque está instalado em espaço aberto, em área de uso intenso junto à entrada do PARQUE na Av. Eptácio Pessoa, apresentando arquitetura harmônica com o ambiente do PARQUE. A estrutura consiste de troncos de madeira autoclavada, cobertura em piaçava com suporte em madeira, rodeada por balcão em madeira. A área interna da edificação atualmente existente é de 17,70 m².

5.6.2. O quiosque apresenta venda e exposição dos produtos industrializados, especialmente bebidas não alcoólicas, na sua parte frontal. A área útil interna da edificação atualmente abriga os funcionários encarregados da cobrança de bilhetes de contratação de serviços e prestação de serviços de apoio para conveniências dos usuários.



Figura 16: Quiosque onde funciona a recepção da permissionária atual para o turismo de aventura.

5.6.3. A área de recepção (quiosque) aos visitantes do Parque Natural Municipal da Catacumba possui estrutura reduzida para atendimento e sem maiores possibilidades de comercializar gêneros alimentícios. Neste local funciona toda a estrutura de atendimento e administração da atual permissionária para o turismo de aventura.

5.7. ESTACIONAMENTO

5.7.1. O estacionamento do Parque Natural Municipal da Catacumba possui 20 (vinte) vagas, sendo utilizado atualmente apenas pela administração da UC, havendo possibilidade de outros usos a serem explorados.



Figura 17: Estacionamento do PARQUE, em área lateral à sede administrativa.



Figura 18: Local onde se encontra a única coleta seletiva de lixo do PARQUE.

6. DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES

6.1. Diretrizes Gerais para Intervenções

- 6.1.1. As diretrizes para intervenções apresentadas neste item tem por objetivo orientar a CONCESSIONÁRIA quanto às especificações e padrões que deverão ser adotados nas INTERVENÇÕES a serem realizadas, cabendo a ela a definição final dos projetos executivos, materiais, procedimentos, métodos e fornecedores a serem utilizados, desde que mantidos os padrões mínimos a seguir descritos.
- 6.1.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável, no âmbito dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, por modernizar, reformar e implementar novas infraestruturas, descritas neste documento, destinadas a prestação de SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS VOLTADOS AO USO PÚBLICO e a implantação dos ENCARGOS OBRIGATÓRIOS de apoio ao funcionamento do PARQUE.
- 6.1.3. As INTERVENÇÕES deverão causar o mínimo impacto possível ao meio ambiente, devendo sempre que possível, optar por métodos construtivos de baixo impacto, materiais reciclados e não tóxicos.
- 6.1.4. A CONCESSIONÁRIA deverá priorizar, as práticas sustentáveis nos projetos, na materialidade e na construção das edificações e infraestruturas básicas. Os projetos deverão ser desenvolvidos, ainda, em estrito cumprimento às diretrizes de mínimo impacto à paisagem natural existente.
- 6.1.5. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela escolha dos materiais e dos sistemas construtivos, que deverão ser orientadas por padrões de eficiência e sustentabilidade, leveza, permeabilidade (no caso de pisos), alta durabilidade, resistência, qualidade no desempenho térmico e acústico, bem como matéria prima renovável, quando possível. As obras deverão priorizar, sempre, a mitigação dos impactos de obras no interior

do PARQUE, além da diminuição de resíduos de obras e rapidez na implantação das estruturas.

6.2. Diretrizes para Obras

6.2.1. O tipo de intervenção pretendida, foi organizada por classificações de tipo de intervenção de obra civil, leve, moderada ou pesada. As características implicam e refletem na necessidade de um aprofundamento de projeto ou não.

Manutenção - Manutenções serão consideradas como as intervenções que não alterem as características de partes de uma edificação ou infraestrutura, que mantenham as características apenas atualizando sistemas, revestimentos, ações de caráter preventivo ou correções leves para manutenção da operação.

Reforma - Reformas serão consideradas como as intervenções que alterem as características de partes de uma edificação ou infraestrutura, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual. As reformas deverão obrigatoriamente prever a adequação às normas vigentes, prevendo melhorias das instalações elétrica, hidráulica e de TI, piso, cobertura, caixilhos, esquadrias, portas, instalação de louças e metais no caso de sanitários, vestiários, cozinhas e refeitórios, pintura interna e externa e instalação de novos equipamentos e mobiliário, quando necessário, a depender do uso do espaço.

Nova intervenção - As novas intervenções serão aquelas que poderão trazer ao PROJETO novos atrativos, melhorias facultativas e que agregarão na experiência do visitante. As propostas deverão ser atuais e integradas à toda estrutura existente.

6.2.2. A seguir serão apresentadas algumas diretrizes e condicionantes mínimas a serem adotadas, devendo sempre estar compatível com as legislações municipais, estaduais e federais, quando aplicáveis.

6.3. Legislação, Normas e Regulamentos

6.3.1. Deverá ser observado todo o arcabouço legal existente, composto por leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e/ou indiretamente aplicáveis ao objeto. Durante a execução dos serviços e obras, a Concessionária deverá:

1. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6.496/77;
2. Obter junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro às licenças de construção e, se necessário, de demolição, na forma das disposições em vigor;
3. Obter junto ao INSS o Certificado de Matrícula relativo ao objeto do contrato, de forma a possibilitar o licenciamento da execução dos serviços e obras, nos termos do Artigo 83 do Decreto Federal n.º 356/91;
4. Apresentar à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início dos trabalhos, as informações pertinentes à sua identificação e ao objeto do contrato, bem como o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT, de conformidade com a Portaria N.º 4/95 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho e modificações posteriores;
5. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços e obras objeto do contrato;
6. Atender às normas e portarias sobre Segurança e Saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei e no Caderno de Encargos, na condição de única e responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta e/ou indiretamente envolvidas nos serviços e obras objeto do contrato;

e

7. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o Recebimento Definitivo dos serviços e obras.

6.4. Projeto dos Serviços e Obras

6.4.1. Todos os elementos de projeto básico e executivos a serem executados deverão ser minuciosamente estudados, antes e durante a execução dos serviços e obras e sempre submetidos previamente aos órgãos municipais designados para fiscalização dos mesmos.

- Possuir condições mínimas de acessibilidade de acordo com as normas em vigor;
- Rotas de fuga sinalizadas e compatíveis com projetos de incêndio e pânico devidamente autorizados e regulamentados pelas normas do CBMERJ;

6.5. Segurança e Saúde no Trabalho

6.5.1. Deverão ser consideradas as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços e obras, em atendimento aos princípios e disposições da NR-1835 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção.

6.6. Normas e práticas complementares

6.6.1. A execução dos serviços e obras de construção reforma ou ampliação de uma edificação, conjunto de edificações ou equipamentos esportivos ou de aventura, deverá atender também às seguintes Normas e Práticas Complementares:

1. Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;
2. Normas da ABNT e do INMETRO;
3. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos; e
4. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA.

6.6.2. As normas de segurança previstas no Plano de Manejo da UC, assim como em normas legais e técnicas sobre o tema devem ser contempladas no projeto e estritamente seguidas durante sua operação.

6.7. Orientação visual

6.7.1. Deverá ser providenciada uma orientação visual adequada, conforme normatização existente integrada à sinalização visual icônica apresentada nos elementos do projeto básico.

6.8. Descrição das etapas e serviços

6.8.1. As etapas de execução dos serviços deverão seguir as fases gerais de obras simples que se iniciam na mobilização da equipe, na limpeza do terreno, na escavação (quando necessário nivelamento), na execução das fundações, sejam elas profundas ou rasas, no levantamento/montagem das estruturas sendo em concreto ou aço, no fechamento, nas instalações, na cobertura e no acabamento. Sempre seguindo as boas práticas de execução, todo o planejamento inicial e os projetos que se baseiam nas especificações e normas técnicas para cada serviço.

6.9. Redução de Impactos Ambientais nas Intervenções

6.9.1. Plano de controle ambiental da obra

6.9.2. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar as atividades pertinentes à sustentabilidade e práticas ambientais do Plano de Controle Ambiental da Obra para a fase de desenvolvimento dos serviços necessários ao empreendimento. Aqui são identificados os principais impactos ambientais gerados pela obra, os riscos associados e as respectivas medidas de controle e mitigação.

6.9.3. Identificação dos Impactos Ambientais

6.9.4. O quadro abaixo apresenta os principais impactos e riscos ambientais relacionados com as etapas de execução da obra:

Etapa de execução	Impactos/riscos relacionados
Limpeza do terreno	Supressão vegetal, erosão, assoreamento, alteração da paisagem, alteração das características do corpo hídrico, geração de resíduos.
Canteiro de obras	Geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos.
Demolições e reformas em geral	Emissão de ruídos, geração de resíduos sólidos da construção civil e material particulado.

6.9.5. Mitigação e Controle

6.9.6. O quadro abaixo apresenta os principais impactos e riscos ambientais relacionados com as possibilidades de controle e mitigação:

Impacto/Risco Ambiental	Controle e/ou Mitigação
Supressão vegetal	Atividade realizada apenas com a autorização do órgão ambiental e por empresa devidamente licenciada, certificada e autorizada para tanto.
Erosão/Assoreamento e contaminação de corpos hídricos	Construção de barreira de contenção de sólidos e remoção do material gerado para aterros e áreas de transbordo licenciadas.
Geração de resíduos sólidos	Elaboração e implementação de PGRS e PGRCC, priorizando a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos e abordando medidas de monitoramento e de educação ambiental

	dos funcionários.
Geração de efluentes líquidos	Instalação de banheiros químicos com tratamento adequado dos efluentes e dos resíduos gerados.
Emissão de ruídos	Utilização de equipamentos modernos e monitoramento de reclamações, para a tomada de medidas.

- 6.9.7. Deverão ser considerados registros e documentações, gestão de carreamento de material de assoreamento, gestão de resíduos, controle de desperdício e monitoramento de emissões atmosféricas.
- 6.9.8. Deverá ser dada prioridade à segregação dos resíduos na fonte, evitando a mistura e contaminação dos materiais. Os resíduos perigosos como tintas, óleos e solventes terão atenção especial no gerenciamento, sendo garantido seu correto armazenamento, transporte, acondicionamento e destinação final.
- 6.9.9. Para cada tipo de resíduo descartado, deverá ser priorizado o gerenciamento ambientalmente favorável, como a redução, reciclagem, reutilização ou reaproveitamento, evitando o envio para aterros sanitários e industriais sempre que disponível e economicamente viável.
- 6.9.10. O quadro abaixo apresenta os principais resíduos previstos para a obra, suas fontes, classificações, de acordo com a norma NBR, ABNT - 10.004 (de 2004) e resoluções CONAMA 307 (de 2002) e CONAMA 384 (de 2004), e destinação final.

Resíduos	Origem	Classe	Destinação Final
<ul style="list-style-type: none"> - Solos - Componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.) - Argamassa, concreto, peças pré- moldadas em concreto - Pedras, Rachão - Alvenarias, Areia 	Construção/Obra	A	Aterro de RCC (Inertes) Áreas de Processamento e reaproveitamento
<ul style="list-style-type: none"> - Resíduos recicláveis: 	Construção/Obra Refeitório/Escritório	B	Cooperativas de Reciclagem

plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras, gesso, aço, ferro e outros;			licenciadas
- Tintas, solventes, óleos e graxas, solos e materiais contaminados. - Telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto - Resíduos perigosos em geral	Construção/Obra	D	Aterros Industriais Coprocessamento
- Orgânicos	Refeitório	Classe IIA	Aterro Sanitário Compostagem

6.9.11. Materiais e Insumos

6.9.11.1. Sempre que possível, deve ser priorizada a compra de materiais e insumos que contenham algum percentual reciclado e/ou reciclável, assim como a compra e uso de produtos menos agressivos ao meio ambiente e a saúde humana. Seguindo essa linha de ação, sempre que possível serão utilizadas tecnologias, materiais e insumos alternativos equivalentes, desde que os mesmos tenham as características, laudos e certificados que comprovem seu desempenho ambiental. Deve ser avaliado não só o produto, insumo ou serviço, mas toda a cadeia produtiva dos mesmos, com critérios de “compras verdes”.

6.9.11.2. Os deques e mirantes deverão ser permeáveis, permitindo a infiltração de água no solo, construídos em madeira ou materiais ecológicos. Os deques poderão contar com cobertura móvel ou permanente e dispor de tomadas com fornecimento de energia elétrica.

6.9.11.3. Os bancos e mesas deverão ser projetados de forma harmônica com o ambiente, mantendo espaços livres para circulação de pessoas e a visada do ambiente.

6.9.12. Materiais reciclados e recicláveis

6.9.12.1. Deve ser incentivado o uso de materiais recicláveis, material reciclado e materiais com componentes reciclados. Sempre que possível, deve ser priorizado o uso de produtos e materiais biodegradáveis e/ou menos agressivos ao meio ambiente e a saúde humana.

6.9.13. Sustentabilidade e práticas ambientais aplicadas

6.9.13.1. Deverão ser implantadas práticas sustentáveis em todas as etapas e setores de seus empreendimentos, visando a alcançar dentre outros objetivos, a diminuição dos custos e dos impactos ambientais negativos, a melhoria da qualidade de vida dos funcionários e das

comunidades do entorno e, como consequência, melhorar a experiência dos usuários do serviço.

6.9.14. Supressão vegetal

- 6.9.14.1. Os serviços de supressão vegetal compreendem as operações destinadas à remoção de vegetação e da camada de material orgânico insensível para a atividade de terraplenagem, além das obstruções naturais ou artificiais existentes nas áreas de implantação de equipamentos e obras.
- 6.9.14.2. A concessionária poderá realizar a supressão vegetal do entorno das praças e alamedas para instalar equipamentos, estruturas e edificações utilizadas nas operações.
- 6.9.14.3. A área de total de supressão vegetal poderá ser de no máximo 280m², correspondente a 10% da área atual das alamedas com calçamento de paralelepípedo, somadas todas as áreas suprimidas para uso da CONCESSIONÁRIA.
- 6.9.14.4. A supressão vegetal deverá ser previamente autorizada pelo poder concedente, não sendo permitida em indivíduos com mais de 20cm de diâmetro a 70cm de altura do solo (nativos), nem espécies ameaçadas de extinção;
- 6.9.14.5. As áreas de supressão vegetal deverão ter piso de terra ou revestimento permeável, sempre que possível,
- 6.9.14.6. Para a abertura de novas trilhas ou instalação de atrativos na zona de proteção integral, quando autorizadas pelo poder concedente, será permitida a supressão vegetal do trajeto previamente aprovado e demais áreas como mirantes e largos, observando sempre medidas de redução de impactos como:
- 6.9.14.7. Evitar a supressão vegetal de indivíduos de médio e grande porte;
- 6.9.14.8. Alterar o traçado da trilha sempre que houver redução de impacto;
- 6.9.14.9. Planejar o traçado da trilha para que intemperies e a ação de caminhantes tenham seus impactos reduzidos

6.9.15. Edificação

- 6.9.15.1. A atividade de Edificação compreende as diversas formas e técnicas de construção ou instalação de estruturas permanentes realizadas na área de uso público
- 6.9.15.2. A concessionária poderá edificar área das praças, alamedas, gramado, platô principal no nível do portão de entrada do PARQUE para instalar equipamentos, estruturas e edificações utilizadas nas operações.
- 6.9.15.3. A área total edificável poderá ser de no máximo 280 m², correspondente a 10% da área atual das alamedas com calçamento de paralelepípedo, somadas todas as áreas suprimidas para uso da CONCESSIONÁRIA.
- 6.9.15.4. Para fins de cálculo de área não são computadas áreas de pavimentos superiores a área já contabilizadas, em edificações com mais de 1 (um) pavimento.
- 6.9.15.5. Para fins de cálculo de área, não são computadas áreas de deques ou estruturas sem cobertura, nem quiosque ou estruturas sem

paredes.

6.9.15.6. Para fins de cálculo de área, não são computadas áreas utilizadas para instalação de equipamentos ou estruturas móveis.

6.9.15.7. Apenas são computadas áreas edificáveis com estruturas permanentes, incorporadas ao patrimônio do poder concedente através dos bens reversíveis.

6.9.16. Instalações Hidráulicas e Sanitárias

6.9.16.1. As redes deverão ser executadas com materiais normalizados obedecendo ao disposto nas especificações da ABNT. Os ramais de coleta e distribuição deverão atender as declividades mínimas normativas. E de acordo com os projetos específicos.

6.9.16.2. A concessionária deverá realizar todas as instalações hidráulicas e sanitárias de todas as edificações e estruturas construídas que façam o uso de água e necessitem de fornecimento de descarte de água.

7. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS

7.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1.1. Este item do TERMO DE REFERÊNCIA descreve os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS que a CONCESSIONÁRIA deverá realizar na área de uso público, seguindo os padrões estipulados nas DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES conforme item 4, de acordo com os prazos estipulados no CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE INVESTIMENTOS descrito no item 9.

7.1.2. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar investimentos obrigatórios na reforma e melhoria da infraestrutura existente e na diversificação da oferta de atividades de uso público, distribuídos nos seguintes temas:

Investimentos em Infraestrutura para Serviços

Investimentos em Equipamentos de Uso Público

Investimentos em Segurança

Investimentos em Comunicação

Investimentos em Zeladoria e Manutenção

Investimentos Sociais

7.1.3. A CONCESSIONÁRIA poderá realizar investimentos opcionais para implantação de novas estruturas, edificações e equipamentos usados na prestação de serviços como turismo de aventura, alimentação e comércio, apoio à visitação, turismo e serviços para visitantes, esportes, eventos, locação de material entre outras atividades de uso público e visitação.

7.1.4. Será admitida a ampliação das estruturas existentes incluindo as estruturas para turismo de aventura, o espaço físico existente para a recepção, serviços de apoio e loja de conveniência, visando à melhoria de atendimento ao público, bem como para a realização de atividades administrativas da Concessionária.

7.1.5. A Concessionária poderá ao longo do contrato realizar novos investimentos para a instalação de equipamentos e estruturas para operação de novas atividades e serviços de uso público e visitação, desde que estejam de acordo com o Plano de Manejo e aprovados pela SMAC. As

atividades e estruturas sugeridas para implantação pelo concessionário deverão ser compatíveis com o objeto da concessão incluindo, mas não se limitando a atividades de uso público e visitação como:

- A) Instalação de novas edificações, estruturas e equipamento para prestação de serviços e operações;
- B) Novas estruturas de apoio à visitação como área para eventos, auditório, salas multiuso;
- C) Novos equipamentos e mobiliários para prática de atividades, passarelas, torres de observação de pássaros (birdwatching), abertura de novas trilhas;
- D) Novos equipamentos para serviços turísticos, transporte, visitação noturna;
- E) Outros equipamentos sugeridos pelo concessionário.

7.1.6. Desde que observada a legislação, as normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo vigente e a compatibilidade com os objetivos da CONCESSÃO, será assegurada à CONCESSIONÁRIA ampla liberdade na formulação de sua estratégia de INVESTIMENTOS e planejamento das atividades da CONCESSÃO, sempre observado os requisitos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA.

7.1.7. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS:

A. Investimentos em Infraestrutura para Serviços

7.2. INSTALAÇÃO DE NOVA TIROLESA

7.2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá instalar uma nova tirolesa fazendo a conexão entre a cumeeira do morro Sacopã, próximo aos mirantes, com a parte mais baixa do PARQUE, próximo às praças e alamedas, ligando as duas principais áreas de visitação da UC.

7.2.2. O local de instalação da plataforma de saída deverá ser na trilha, próxima ao Mirante do Urubu, Mirante do Sacopã ou Praça do Bambuzal, em Zona de Uso Intensivo ou no entorno, em Zona de Uso Especial. O local de instalação da plataforma de chegada deverá ser na região das praças e alamedas, em Zona de Uso Intensivo ou no entorno, em Zona de Uso Especial.

7.2.3. A nova tirolesa deverá ser instalada de acordo com as normas da ABNT, incluindo dispositivos de segurança e comodidade como duas plataformas com rampas, uma no início e outra no final da tirolesa, estruturas para ancoragem de cabos de aço superdimensionadas para as forças exercidas e sistema de freio. As plataformas deverão ser interligadas por no mínimo 2 cabos de aço galvanizado, com espessura de 3/8 e alma de aço, fixadas nas estruturas de ancoragem com a utilização de Clips. A descida da tirolesa deverá ser realizada com o uso de duas polias duplas. A tirolesa deverá ser instalada de modo a não permitir que o usuário consiga tocar os cabos de aço com as mãos durante a descida.

7.2.4. Um sistema de frenagem dos participantes com redundância ou back-up deverá ser instalado. O freio deverá ser operado por um monitor devidamente qualificado e o sistema não poderá permitir que o usuário seja o responsável pela desaceleração. A redução da velocidade deverá ocorrer através da soma dos fatores de desnível entre as plataformas, tensionamento do cabo de aço, ângulo de inclinação do cabo na chegada, atrito da polia com o cabo de aço, força da gravidade e sistema de freio instalado. A plataforma de chegada deverá contar com dispositivos amortecedores e de proteção que minimizem os riscos ao usuários.

7.2.5. A extensão da nova Tirolesa deverá ser de no mínimo 250 metros e o percurso projetado em área e espaço aéreo condizente, de modo a garantir

a inexistência de obstáculos (naturais ou feitos pelo homem) e buscando o menor impacto possível ao ambiente natural.

- 7.2.6. Será permitida a supressão vegetal para instalação das plataformas de chegada e de saída, bem como eventuais trilhas de acesso. Também será permitida a poda de árvores existente no trajeto.
- 7.2.7. A concessionária deverá apresentar um projeto básico na nova tirolesa incluindo informações como material utilizado, procedimentos adotados, dimensões, localização, plantas, cortes laterais, acessos, especificações das plataformas, especificações dos cabos de aço entre outras características técnicas. O projeto proposto deverá atender às normas ABNT, assim como outras normas técnicas legais vigentes sobre o tema.



Figura 19 - Percursos dos cabos da tirolesa com no mínimo 330mts de comprimento

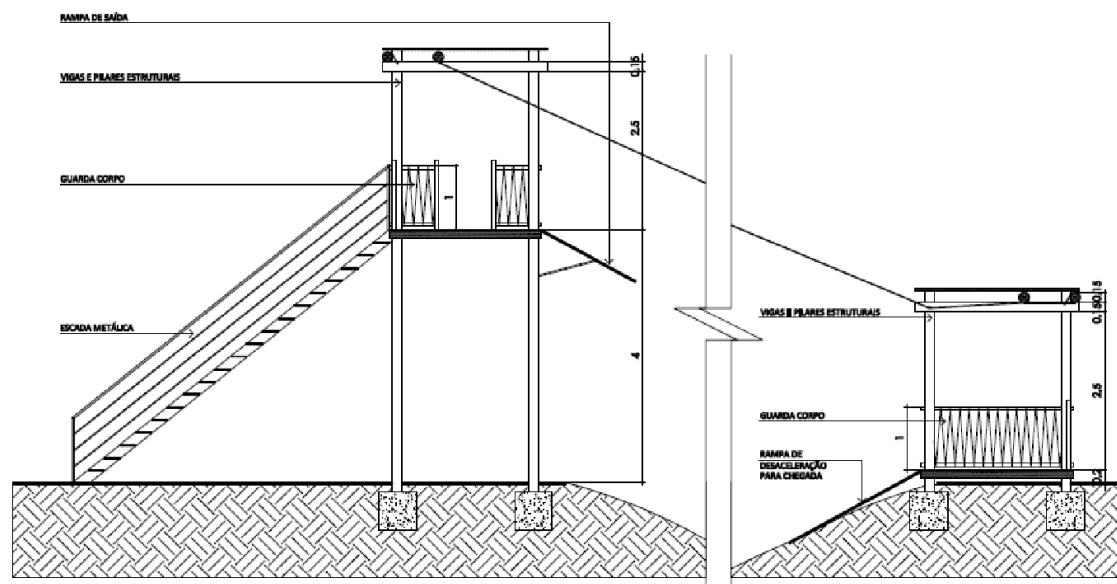


Figura 20 - Modelo ilustrativo da plataforma no início e final da tirolesa

7.3. INSTALAÇÃO DE PLATAFORMA DE RAPEL

- 7.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá instalar uma plataforma de rapel ligando o entorno da Praça da Verticalidade à parte baixa do PARQUE próximo ao espaço para recepção. A plataforma deverá ter uma ponte de acesso até a área de embarque de início da atividade.
- 7.3.2. A estrutura da plataforma e rapel deverá ser construída de toras de eucalipto, componentes de metal, cobertura na área da atividade e poderá ser utilizada para instalação de outras atividades como muro de escalada e tirolesa infantil.
- 7.3.3. A PLATAFORMA deverá contar com pontos de ancoragem e de back-up para as cordas, projetados especificamente para esta função, com suporte de carga superdimensionado para as forças exercidas, projeto elaborado por profissional devidamente qualificado.
- 7.3.4. Plataforma deverá ser instalada de acordo com as normas da ABNT, incluindo dispositivos de segurança e comodidade rampas, guarda corpo, cobertura na área de embarque, piso adequado e altura mínima de 8 metros e o percurso vertical em área e espaço aéreo condizente, de modo a garantir a inexistência de obstáculos (naturais ou feitos pelo homem) e buscando o menor impacto possível ao ambiente natural.
- 7.3.5. Será permitida a supressão vegetal para instalação das plataformas de chegada e de saída, bem como eventuais trilhas de acesso. Também será permitida a poda de árvores existente no trajeto.
- 7.3.6. A concessionária deverá apresentar um projeto básico na nova plataforma de rapel incluindo informações como material utilizado, procedimentos adotados, dimensões, localização, plantas, cortes laterais, acessos, especificações das plataformas, especificações dos cabos de aço entre outras características técnicas. O projeto proposto deverá atender às normas ABNT, assim como outras normas técnicas legais vigentes sobre o

tema.

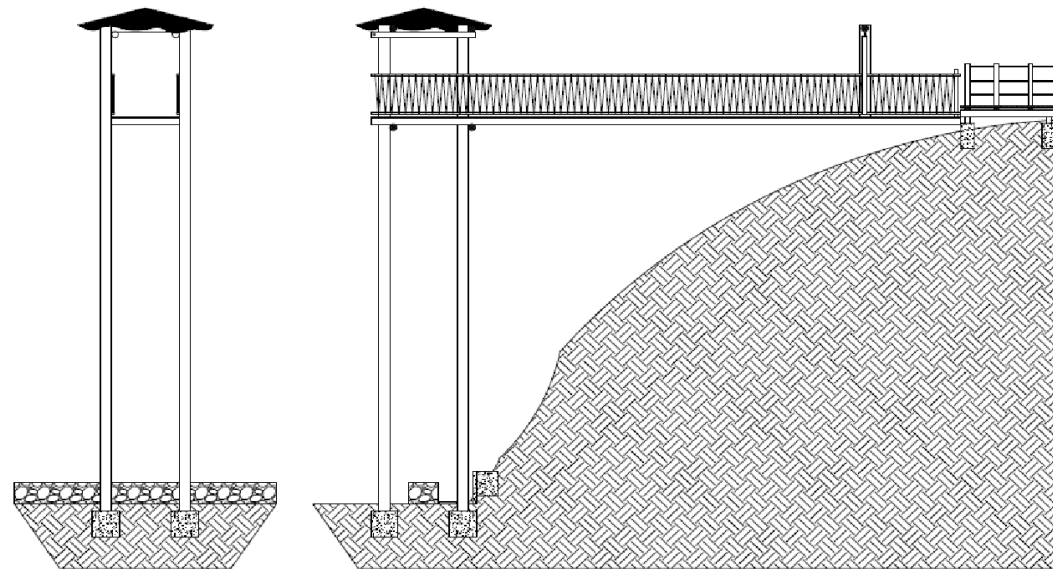


Figura 21 - Modelo ilustrativo da plataforma de Rapel

7.4.IMPLANTAÇÃO DE RESTAURANTE/LANCHONETE

7.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar um RESTAURANTE ou uma LANCHONETE no PARQUE e poderá utilizar o Espaço de Recepção e Serviços de Apoio, descrito no capítulo 3.7. que poderá ser reformado ou reconstruído. As intervenções poderão incluir melhorias estéticas e estruturais para modernizar as instalações e oferecer novos serviços de alimentação.

7.4.2. O projeto de reforma ou nova construção deverá ter arquitetura harmônica com o ambiente do PARQUE, até dois pavimentos, de taxa de ocupação de até 100 m² e dependências com no mínimo:

- Cozinha ou copa que atenda aos requisitos sanitários para manipulação de alimentos;
- Estoque ou depósito;
- Caixa e ou sala administrativa;
- Área de mesas para clientes externa e ou coberta (não computada na taxa de ocupação);

- 7.4.3. A concessionária deverá apresentar um projeto detalhado de reforma ou construção da LANCHONETE incluindo informações como material utilizado, procedimentos adotados, dimensões, localização, acessos, planta baixa e serviços oferecidos.
- 7.4.4. Antes da reforma ou construção a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o projeto executivo elaborado por profissional devidamente qualificado e emitir uma ART, RRT ou documento de responsabilidade técnica compatível com a intervenção. Após a execução a Concessionária deverá apresentar uma ART de execução.

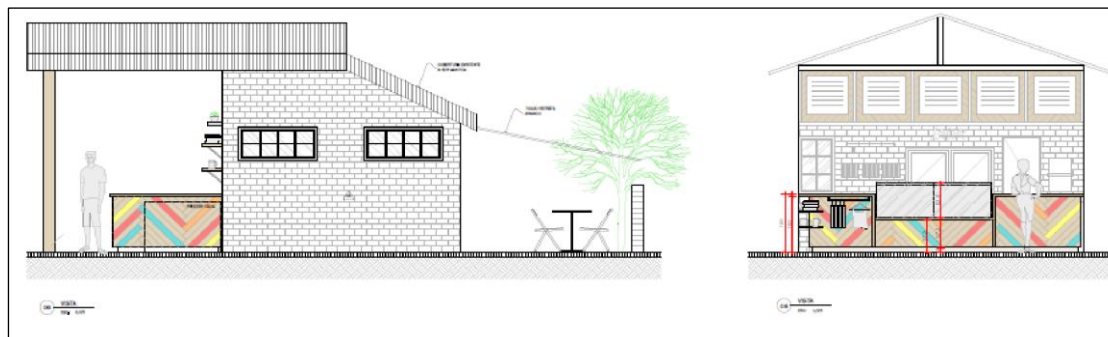
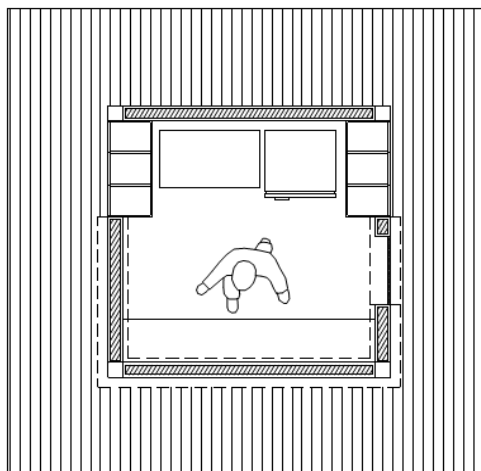
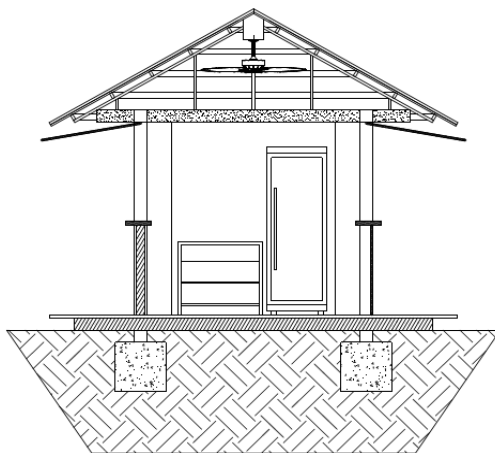


Figura 22 - Modelo ilustrativo da reforma do atual quiosque de atendimento.

7.5. INSTALAÇÃO DE QUIOSQUE NA ÁREA DAS PRAÇAS

- 7.5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá instalar um QUIOSQUE de apoio à visitação na parte superior da área de uso intensivo, na região das praças e alamedas.
- 7.5.2. O projeto do QUIOSQUE deverá ter arquitetura harmônica com o ambiente do PARQUE, ocupar área máxima de 20,0 m², possuir energia elétrica e estrutura que possibilite de venda de alimentos industrializados ou preparados em outro local, incluindo balcão de atendimento ao público e espaço de armazenamento e exposição de produtos.
- 7.5.3. A concessionária deverá apresentar um projeto detalhado do quiosque incluindo informações como material utilizado, procedimentos adotados, dimensões, localização, acessos, planta baixa do projeto de elétrica e serviços oferecidos.
- 7.5.4. Antes da instalação a Concessionária deverá apresentar o projeto executivo elaborado por arquiteto ou engenheiro devidamente qualificado e emitir uma ART de projeto. Após a execução a Concessionária deverá apresentar uma ART de instalação.

Figura 23 - Modelo ilustrativo de Quiosque.



7.6. IMPLANTAÇÃO DE LOJA DE SOUVENIR

7.6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar uma Loja de Souvenirs no PARQUE, e poderá utilizar o Centro de Visitantes - descrito no capítulo 5.8. - para realizar a atividade. Os *souvenirs* tem como objetivo perpetuar a experiência do visitante e promover a unidade de conservação com objetos que remetem ao PARQUE.

7.6.2. O projeto para o Centro de Visitantes e para a a Loja de *Souvenir* deverá ter arquitetura harmônica com o ambiente do Centro de Visitantes, utilizando no máximo 20% da área com dependências, como:

- Balcão de atendimento e caixa;
- Expositor de produtos;
- Estoque ou depósito;

7.6.3. A concessionária deverá apresentar um projeto básico da *Loja de Souvenirs*, incluindo informações e projeções, como material utilizado, dimensões, localização, acessos, planta baixa e cortes.

7.6.4. Antes da reforma ou construção a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o projeto executivo elaborado por profissional devidamente qualificado e emitir uma ART, RRT ou documento de responsabilidade técnica compatível com a intervenção. Após a execução, a Concessionária deverá apresentar uma ART de execução.

7.7. REFORMA E MELHORIAS DO ESTACIONAMENTO

7.7.1. A CONCESSIONÁRIA deverá reformar o Estacionamento existente no PARQUE e promover a melhorias das estruturas e serviços, possibilitando que o equipamento - que tem capacidade para cerca de 20 veículos - possa ser utilizado por visitantes ou outros usos a serem definidos.

7.7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar no mínimo os seguintes investimentos obrigatórios no Estacionamento:

- Reformar o portão de entrada e gradil;
- Melhorar o acesso do estacionamento;
- Implantar passagem de pedestres com acesso direto ao piso terreo da sede;
- Sinalizar vagas e demarcar o piso;
- Instalar câmeras de segurança;
- Instalar placas de sinalização com regras de uso;

7.7.3. A Concessionária poderá realizar investimentos opcionais como cancela automática com leitor de código de barras, instalação de cabine de apoio para funcionários, instalação de telas de proteção, instalação de alarme, cobertura e ampliação de vagas.

7.7.4. A concessionária deverá apresentar um plano de reforma e melhorias, incluindo as intervenções a serem realizadas no local, equipamentos instalados, materiais utilizados, procedimentos adotados, planta baixa e demais características relevantes.

7.7.5. Antes da construção ou instalação de qualquer estrutura, a Concessionária deverá apresentar um projeto executivo elaborado por profissional devidamente qualificado e emitir uma ART, RRT ou documento de responsabilidade técnica do projeto. Após a execução a Concessionária deverá apresentar uma ART, RRT ou documento de responsabilidade técnica da construção ou instalação, de acordo com a intervenção realizada.

B. Investimentos em Equipamentos de Uso Público

7.8. IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE VISITANTES E SEDE DO PARQUE

7.8.1. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar um Centro de Visitantes e SEDE DO PARQUE no Pavilhão Victor Brecheret. O Centro de Visitantes deverá ser utilizado para promover a visitação e o conhecimento na Unidade de Conservação, apresentando aos visitantes aspectos culturais, históricos, ambientais e sociais da unidade, além de possibilitar a realização de eventos, recebimento de grupos entre outras finalidades de apoio à visitação. A Sede do Parque deverá ser utilizada pela CONCESSIONÁRIA e pela Gestão da Unidade de Conservação para a realização de tarefas administrativas e outras atividades.

7.8.2. A CONCESSIONÁRIA terá liberdade para elaboração do projeto de implantação de uso das dependências do Centro de Visitantes e Sede do Parque, que deverá incluir no mínimo as seguintes estruturas:

Andar superior

- Salão principal de exposição e recepção de visitantes;

- Banheiros masculino e feminino;
- Depósito ou sala multiuso para a concessionária;
- 01 (uma) sala administrativa para a gestão da Unidade de Conservação;
- 02 (duas) salas administrativas para a CONCESSIONÁRIA;
- Café na área externa (varanda);
- Loja de souvenirs / equipamentos esportivos;

Andar inferior

- 01 (uma) sala para a Guarda Municipal
- Banheiros (masculino e feminino) para funcionários na área interna;
- Banheiros (masculino e feminino) para visitantes na área externa;
- 01 (uma) sala de reuniões/auditório, a ser compartilhada entre a CONCESSIONÁRIA e a Gestão da Unidade de Conservação;

7.8.3. As demais dependências e estruturas do Centro de Visitantes e SEDE DO PARQUE poderão ser utilizadas pela CONCESSIONÁRIA para suas atividades;

7.8.4. A comunicação com os visitantes e os meios de divulgação das informações deverão privilegiar uma visita autônoma, sem que seja necessário o acompanhamento de um guia ou condutor. O Centro de Visitantes deverá conter um conjunto de informações, serviços e equipamentos que auxiliem os visitantes a conhecer as características, os atrativos, as regras e demais informações pertinentes a uma Unidade de Conservação, incluindo no mínimo os seguintes equipamentos e recursos:

- Área de exposição, eventos e recepção de grupos;
- Balcão de recepção de visitantes;
- Maquete do Parque em escala compatível com as informações e os atrativos;
- Monitores / Telas com reprodução continuada de vídeos informativos sobre o Parque e temas de conservação ambiental em geral;
- Totens interativos;
- Equipamentos de apoio para aulas, educação ambiental e eventos;

- Biblioteca com acervo de parques, U.C, turismo, meio ambiente, esportes, artes;
- Loja de souvenirs, para exposição e comercialização de produtos relacionados ao Parque a temas de conservação ambiental em geral;

7.8.5. Os meios de comunicação implantados pela CONCESSIONÁRIA deverão fornecer informações sobre a Unidade de Conservação, contendo no mínimo:

- Regras de uso e visitação da Unidade de Conservação;
- Informações ambientais incluindo fauna, flora, sustentabilidade e preservação;
- Informações culturais incluindo esculturas e eventos;
- Informações geográficas incluindo área do PARQUE, topografia e relevo;
- Informações históricas incluindo os diferentes usos da área ao longo do tempo;
- Informações visuais incluindo imagens, fotos, mapas, plantas;
- Informações sobre a visitação incluindo atrativos existentes, equipamentos instalados, serviços disponíveis, estruturas de uso público, entre outras;
- Informações sobre outras Unidades de Conservação e áreas protegidas da cidade;
- Informações diversas de interesse público que tenham relação com o local, com parques, com a cidade, com visitação em ambientes naturais, com os atrativos, serviços e atividades existentes no local.

7.8.6. A Proponente deverá apresentar um projeto detalhado do Centro de Visitantes incluindo mobiliários, equipamentos a serem instalados, e um projeto básico contendo plantas baixas, cortes laterais e outras características técnicas.

7.8.7. Antes da instalação, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o projeto executivo elaborado por arquiteto ou engenheiro devidamente qualificado e emitir uma ART de projeto. Após a execução, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar uma ART de instalação.

7.9. INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE APOIO À VISITAÇÃO

7.9.1. A CONCESSIONÁRIA deverá instalar MOBILIÁRIOS DE APOIO A VISITAÇÃO nas áreas de uso intensivo do PARQUE, em especial nas praças, alamedas, gramados e na trilha.

7.9.2. Os MOBILIÁRIOS DE APOIO À VISITAÇÃO deverão promover a diversificação do perfil de usuários, considerando os diferentes tipos de uso do local. Os MOBILIÁRIOS DE APOIO À VISITAÇÃO deverão incluir no mínimo os seguintes equipamentos e intervenções:

- Parque de recreação juvenil

- Parque de recreação infantil
- Mesas de piquenique e bancos
- Mirantes
- Deques para eventos e usos variados
- Mobiliário para prática de esportes e atividades físicas

7.9.3. O parque de recreação juvenil deverá incluir brinquedos com equipamentos de segurança que reduzam a probabilidade e a consequência de acidentes, tais como guarda-corpo, piso emborrachado, piso antiderrapante, telas, grades, colchões, cordas e demais recursos deverão ser instalados nos locais em que forem identificados riscos.

7.9.4. O parque infantil existente deverá ser qualificado com novos equipamentos e poderá ser realocado ou remodelado, se necessário, devido a adequações de projeto relativas à instalação de outros equipamentos no PARQUE, devendo estar restrito a área adequada no zoneamento do Parque Natural Municipal da Catacumba.

7.9.5. A CONCESSIONÁRIA poderá instalar outros mobiliários e equipamentos como quiosques de apoio para atividades, equipamentos para serviços de alimentação, estruturas e edificações móveis e fixas para prestação de serviço e uso dos visitantes;

7.9.6. A Proponente deverá apresentar um projeto detalhado com os equipamentos, mobiliário de apoio e outras estruturas a serem instaladas ou remodeladas, contendo informações como especificação dos materiais e recursos utilizados, localização, plantas além da sua função e formas de uso.

7.9.7. Não será permitida a cobrança pelo uso ou locação do espaço.

7.10. INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

7.10.1. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar um programa de Educação Ambiental no Parque Natural Municipal da Catacumba com objetivo de tornar o local uma referência em Educação Ambiental e Sustentabilidade.

7.10.2. CONCESSIONÁRIA deverá instalar equipamentos de EDUCAÇÃO AMBIENTAL e redução de impactos nas áreas de uso intensivo do PARQUE, em especial nas praças, alamedas, gramados, largos, edificações e na trilha, além de elaborar roteiros para visita guiada e autoguiada.

7.10.3. Deverão ser instalados equipamentos e estruturas ecológicas que proporcionem a redução de impactos no meio ambiente e propiciem a prática de atividades de EDUCAÇÃO AMBIENTAL. A escolha dos equipamentos deve levar em conta duas características, sua real contribuição para a redução de impactos causados no PARQUE e a possibilidade de tornar o equipamento um atrativo durante a visita guiada. Os equipamentos devem ter uma relação direta com os temas abordados na visita guiada, de forma que possam ser utilizados na prática das atividades de EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

7.10.4. Os equipamentos de EDUCAÇÃO AMBIENTAL e redução de impactos deverão incluir no mínimo os seguintes itens:

- Viveiro de mudas;
- Compostagem;
- Coleta Seletiva de lixo;
- Eficiência e Geração de energia renovável;
- Sistemas de uso eficiente de água;
- Telhado Verde;

7.10.5 O roteiro de EDUCAÇÃO AMBIENTAL deverá passar por todos os equipamentos utilizando as estruturas para abordar temas como:

- Aquecimento global (causas, consequências, soluções)
- Desmatamento / Reflorestamento
- Água (formas de tratamento, redução de consumo e desperdício)
- Fontes de energia limpa (solar, eólica, biomassa)
- Poluição, reciclagem e hábitos de consumo
- Tecnologias alternativas e sustentabilidade
- Unidades de Conservação

7.10.5. A Proponente deverá apresentar um projeto detalhado de todos os equipamentos e do roteiro de EDUCAÇÃO AMBIENTAL e redução de impactos a serem instalados. Os projetos deverão conter informações sobre a implantação e funcionamento da estrutura, a localização sugerida para instalação, os materiais utilizados, os temas de educação ambiental abordados e demais informações relevantes sobre cada estrutura.

C. Investimentos em Segurança Patrimonial

7.11. INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO

7.11.1. A CONCESSIONÁRIA deverá instalar um sistema de CÂMERAS DE MONITORAMENTO do PARQUE com acesso on-line das imagens em tempo real.

7.11.2. O projeto de instalação de CÂMERAS deverá concentrar o monitoramento na parte baixa da Zona de Uso intensivo do PARQUE, incluindo no mínimo:

- Portão de entrada principal

- Portão de entrada do estacionamento
- Extensão principal do Gradil
- Espaço para recepção
- Pavilhão Victor Brecheret – (entradas e janela)
- Outras edificações, acessos, áreas de circulação e áreas vulneráveis

7.11.3. A Proponente deverá apresentar um projeto detalhado de monitoramento do PARQUE incluindo informações como quantidade de câmeras, especificação de equipamentos, localizações e ângulos de filmagem entre outras informações relevantes.

D. Investimentos em Comunicação

7.12. INSTALAÇÃO DE REDE DE ACESSO À INTERNET SEM FIO

7.12.1. A CONCESSIONÁRIA deverá instalar uma REDE DE ACESSO À INTERNET SEM FIO do PARQUE para utilização dos VISITANTES e da gestão da unidade de conservação.

7.12.2. A localização dos equipamentos de transmissão do sinal deverá privilegiar áreas com maior visitação e concentrar a instalação na parte baixa da Zona de Uso intensivo do PARQUE, incluindo no mínimo:

- Portão de entrada do PARQUE - raio de 30 metros
- Centro de Visitantes / Pavilhão Victor Brecheret - raio de 30 metros
- Estacionamento – em toda a área
- 4 Praças: Acoplamento, Incerteza, Evolução e Verticalidade – em toda área da praça
- Espaço para recepção – raio de 30 metros
- Outras edificações que venham a ser instaladas – 10 metros

7.12.3. A CONCESSIONÁRIA poderá opcionalmente ampliar a área de cobertura do sinal de internet sem fio para trechos da trilha, mirantes e outras áreas abertas à visitação.

7.12.4. A concessionária deverá apresentar um projeto detalhado de implantação da rede de acesso à internet sem fio no PARQUE incluindo informações como quantidade e localização dos equipamentos de transmissão com mapas, especificação de equipamentos, instalações entre outras informações relevantes.

7.13. ELABORAÇÃO DO PLANO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO PARQUE

7.13.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e implantar um Plano de Marketing e Comunicação para o Parque Natural Municipal da Catacumba incluindo meios de comunicação com o público, identidade visual e conteúdo.

7.13.2. O Plano de Marketing e Comunicação do Parque Natural Municipal da Catacumba deverá incluir os meios de comunicação com visitantes e recursos de marketing, contendo, no mínimo:

- Logomarca, manual da marca e identidade visual da CONCESSIONÁRIA e do PARQUE;
- Plano de comunicação do PARQUE;
- Website do PARQUE;
- Perfil do PARQUE em 2 redes sociais;
- Materiais de divulgação, impressos e digitais;
- Conteúdo do Centro de Visitantes;

7.13.3. A CONCESSIONÁRIA deverá adotar sua logomarca em conjunto com a do Parque Natural Municipal da Catacumba em todas as suas operações dentro do PARQUE, incluindo equipamentos, uniformes e sinalização, de forma que a identifique como prestadora de serviço. Os uniformes utilizados pelos empregados da CONCESSIONÁRIA deverão ser facilmente reconhecíveis, adequados a cada tipo de função e conter as logomarcas da CONCESSIONÁRIA e do Parque Natural Municipal da Catacumba.

7.13.4. O website deverá ser no mínimo bilíngue (português e inglês) e de fácil navegação. O conteúdo deverá informar sobre o patrimônio histórico, ambiental e cultural da Unidade de Conservação e sobre os atrativos e serviços disponíveis no PARQUE. Serviços de reserva e agendamento de atividades com pagamento on-line poderão ser oferecidos no website.

7.13.5. O Plano de Marketing e Comunicação deverá incluir os meios de divulgação e comercialização dos produtos objeto deste Termo de Referência, assim como a política de promoção dos diferentes produtos para o mercado, incluindo:

- Público-alvo apresentando perfil dos visitantes e consumidores do Parque Natural Municipal da Catacumba, indicando oportunidades;
- Estratégia de comunicação apresentando as linhas gerais do posicionamento da marca e ações de divulgação e promoção do PARQUE e dos serviços;
- Peças publicitárias e de Comunicação, sob a forma de exemplos, incluindo no mínimo dos itens previstos no capítulo 5.10.2.

E. Investimentos em Zeladoria e Manutenção

7.14. REFORMA DA SEDE DO PARQUE E BANHEIROS

7.14.1. A CONCESSIONÁRIA deverá reformar a Sede do Parque, que inclui o pavilhão Victor Brecheret, as salas e dependências do andar superior, do andar inferior e banheiro de visitantes do imóvel.

7.14.2. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar no mínimo as seguintes reformas e melhorias na SEDE:

- Reforma de instalações elétricas e hidráulicas;
- Reforma de paredes piso e telhado;
- Reforma dos banheiros de visitantes;
- Reforma do subsolo e instalação de um auditório;

7.14.3. A Concessionária deverá apresentar um plano de reforma e melhorias, incluindo as intervenções a serem realizadas no local.

7.15. REFORMA DE PRAÇAS, ALAMEDAS, JARDINS, GRADES, PORTÃO E PÓRTICO

7.15.1. A CONCESSIONÁRIA deverá reformar as PRAÇAS, ALAMEDAS, JARDINS, GRADIL, PORTÃO E PÓRTICO de entrada do PARQUE, incluindo no mínimo os seguintes itens:

- Nivelamento de piso, recuperação de calçadas, escadas e parapeitos, instalação de guarda corpo, corrimão, cercamento e demais intervenções nas praças e alamedas;
- Poda, paisagismo, jardinagem nos gramados e canteiros;
- Reforma, recuperação e pintura do gradil, portão principal, portão do estacionamento e pórtico;
- Reforma de mobiliários, equipamentos e estruturas de uso público instalados;

7.15.2. A concessionária deverá apresentar um plano de reforma e melhoria da infraestrutura incluindo as intervenções a serem realizadas nos diferentes locais.

F. Investimentos Sociais

7.16. MELHORIA DA ACESSIBILIDADE NA ÁREA DE USO INTENSIVO

7.16.1. A CONCESSIONÁRIA deverá promover melhorias na ACESSIBILIDADE da parte baixa da Zona de Uso intensivo do PARQUE incluindo no mínimo os seguintes itens:

- Adaptação de pelo menos 1 banheiro para cadeirantes
- Instalação de placas em braile com as regras de visitação na entrada do PARQUE;
- Melhoria da acessibilidade até a alameda principal com a instalação de rampas

- Instalação de pelo menos 1 atividade adaptada

8. INVESTIMENTOS OPCIONAIS

Além dos itens de investimento elencados como obrigatórios neste Termo de Referência, será facultado à CONCESSIONÁRIA apresentar ao PODER CONCEDENTE proposta(s) de investimentos opcionais no Parque, relacionados ou não com a prestação de serviços permitidos, visando aprimorar a atratividade do Parque.

8.1. DIRETRIZES RELACIONADAS AOS INVESTIMENTOS OPCIONAIS

8.1.1. A CONCESSIONÁRIA poderá propor a instalação de novas estruturas, equipamentos, mobiliários e edificações na Zona de Uso Intensivo do Parque, além de ampliar ou melhorar as estruturas existentes, incluindo itens como:

- Ampliação e melhorias no circuito de Arvorismo;
- Ampliação e melhorias no Muro de Escalada;
- Melhoria nas estruturas e acesso da Tirolesa;
- Instalação de mobiliários e estruturas para prestação de serviços para visitantes;
- Instalação de estruturas e aquisição de equipamentos para serviços opcionais;

8.1.2. Eventuais intervenções propostas pela concessionária como reforma ou ampliação de equipamentos e estruturas existente, bem como a instalação de novos equipamentos e estruturas que venham ampliar ou complementar a oferta destas atividades no Parque, deverão seguir os mesmo padrões estéticos, arquitetônicas, de segurança e especificações técnicas dos equipamentos existentes.

8.1.3. Eventuais intervenções propostas pela concessionária, quando forem construções permanentes e de altura superior a um pavimento, não poderão causar impacto negativo na paisagem, devendo ser previamente aprovadas pelo órgão gestor da UC.

8.1.4. Os projetos de novas estruturas e serviços propostos pela concessionária deverão respeitar todas as regras, leis, normas vigentes e boas práticas para cada atividade, considerando no mínimo:

- O Plano de Manejo
- As Leis e Normas Técnicas ABNT / ISO, em especial para Turismo de Aventura
- As boas práticas do mercado

8.1.5. A concessionária deverá apresentar projetos detalhados das intervenções sugeridas como reformas, ampliações e instalações de novas estruturas, incluindo os componentes que serão reformados, substituídos ou acrescentados, informações sobre a estrutura modificada ou implantada, material utilizado, procedimentos adotados, dimensões, localização, acessos, entre outras características técnicas.

9. DIRETRIZES PARA OPERAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Além do acima exposto, os licitantes deverão também descrever, detalhadamente, todas as informações e procedimentos operacionais necessários ao atendimento do projeto concessionário, contemplando, no mínimo, as características técnicas de operação (e obrigações respectivas) contidas abaixo.

9.1. CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

9.1.1. Este capítulo estabelece as diretrizes básicas para manutenção e conservação dos equipamentos e estruturas de suporte ao uso público e, ainda, manutenções periódicas segundo as normas e especificações do projeto e de fabricantes para os equipamentos de turismo de aventura e outras infraestruturas instaladas.

9.1.2. Tais orientações deverão abranger todos os serviços de uso público concedidos, incluindo:

A. Equipamentos de Turismo de Aventura

9.1.3. Os equipamentos existentes e os a serem instalados pela concessionária deverão constar com manutenção constante, de modo a assegurar sua efetiva conservação e a garantir a segurança dos usuários. Devendo ao menos executar as seguintes operações de manutenção:

- Inspeções diárias e periódicas dos equipamentos;
- O monitoramento das inspeções deve ser registrado em planilhas e disponibilizado para fiscalização pública;
- Manutenções preventivas, constantes e seguindo as normas e especificações dos fabricantes deverão ser obedecidas
- Montagem dos equipamentos;
- Instruções iniciais aos visitantes de como realizar as atividades;
- Realização da atividade, auxílio e/ou realização de resgate;
- No final do dia desmontar, realizar inspeção e guarda adequada dos equipamentos;

B. Manutenção das áreas verdes, trilhas, praças e alamedas

9.1.4. A manutenção das áreas verdes, trilhas, praças e alamedas nos limites da área objeto da concessão se dará de acordo com orientação da gestão da Unidade de Conservação, contemplando:

- Limpeza, roçada e capina manual das áreas gramadas;
- Poda de árvores e arbustos;
- Remoção de lixo e entulho, com a adequada destinação final;
- Substituição de mudas nativas nas áreas ajardinadas;

- Manutenção das trilhas, seguindo normas e conceitos relativos ao tema;
- Manutenção da pavimentação das alamedas e praças;
- Varrição de áreas de alamedas e praças;
- Devido tratamento aos resíduos gerados;
- Corte de árvores mortas ou perigosas para o funcionamento dos sistemas de drenagem, viário, elétrico, etc.

C. Estacionamento

- 9.1.5. O estacionamento da área concessionada deverá ser objeto de manutenções periódicas, de caráter preditivo a fim de manter de forma adequada os níveis de serviço e conforto oferecidos ao visitante da Unidade de Conservação. Esta manutenção terá por finalidade corrigir desgastes e manter a funcionalidade adequada para o pátio de estacionamento de veículos, as tubulações do sistema de drenagem de águas pluviais, o sistema de drenagem superficial e a sinalização viária e de regulamentação para a utilização do estacionamento. Periodicamente, inspeções devem ser realizadas com a finalidade de detectar áreas para manutenção.
- 9.1.6. Da mesma forma deverão ser realizadas inspeções no sistema de comunicação visual e sinalização vertical de orientação, a fim de verificar o seu grau de eficiência e adequação aos níveis de serviços estabelecidos para esta finalidade. Os eventuais defeitos verificados serão prontamente corrigidos, através das rotinas abaixo descritas, realizadas por equipe específica para esta finalidade.
- Correção de elementos soltos do pavimento, através da sua reinstalação e rejuntamento;
 - Limpeza das placas de sinalização e regulamentação do estacionamento;
 - Limpeza das placas indicativas do sistema de comunicação visual;
 - Recolocação das faixas e demarcação das vagas, através de um sistema de sinalização horizontal, sempre que houver desgastes nestas;
 - Inspeções rotineiras e eventuais correções no sistema de drenagem de águas pluviais;
 - Limpeza e desobstrução de canaletas, entre outros;

D. Edificações

- 9.1.7. As edificações existentes e a serem implantadas ao longo da concessão exigirão diversificados serviços de conservação, abrangendo reparos nas estruturas, alvenarias, coberturas, pisos, revestimentos, sistema hidráulico e elétrico, esquadrias, grades de proteção, guarda-corpos, etc., das diversas edificações, além de pintura e avaliações rotineiras nas respectivas instalações.
- 9.1.8. O restaurante deverá contar com limpeza e manutenção constantes garantindo o perfeito estado de suas instalações, conforto ao usuário e

atendimento às normas sanitárias.

9.1.9. A edificação Sede do Parque Natural Municipal da Catacumba e os banheiros públicos deverão contar com limpeza e manutenção constantes garantindo o perfeito estado de suas instalações e conforto ao usuário, incluindo os insumos necessários para tal.

9.1.10. Os serviços de conservação das edificações e instalações prediais poderão ser executados por equipe específica para esta finalidade, que será acionada sempre que necessária à intervenção. Esta equipe poderá ser terceirizada em função da natureza dos serviços que são prestados. A programação dos serviços será tal que a continuidade dos serviços será mantida por todo o período da concessão, com os prédios e suas instalações apresentando, permanentemente, um índice mínimo de degradação.

9.1.11. Os principais serviços de manutenção predial abrangem:

- Substituição de lâmpadas e/ou luminárias das áreas internas e externas, bem como tomadas e chaves que apresentem algum defeito, sempre no intuito de manter o melhor nível de atendimento;
- Manutenção e/ou substituição de pintura e revestimentos, em caso de danos ou desgaste;
- Substituição e/ou reparos das louças e metais utilizados nas instalações hidro sanitárias; e
- Limpeza de todas as instalações e áreas utilizadas pela concessionária.

9.2. REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.2.1. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

9.2.1.1. Um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deverá ser elaborado e executado conforme a Lei Federal nº 12.305/2010. Decreto Federal nº 7404/2010 e Diretriz Estadual DZ- 1310.R-7/2004.

9.2.1.2. Os principais tipos de resíduos gerados na Unidade de Conservação são os relativos à alimentação (garrafas de bebidas, latas de bebidas e embalagens de alimentos); orgânicos (madeira, folhas, galhos e alimentos); resíduos administrativos e outros materiais não recicláveis.

9.2.1.3. A concessionária será responsável pelo armazenamento e disponibilização aos órgãos competentes de todo resíduo gerado dentro dos limites da Unidade de Conservação provenientes da visitação ou atividades administrativas, adotando políticas de mínimo impacto.

9.2.1.4. Implantar e manter em funcionamento um sistema de gerenciamento dos resíduos gerados no Parque que tenha como objetivo a reciclagem e destinação adequada de resíduos não recicláveis. O gerenciamento de resíduos contempla a coleta, armazenamento e destinação do resíduo coletado de acordo com a legislação vigente.

9.2.1.5. A concessionária deverá realizar ações de sensibilização com os seus colaboradores e visitantes sobre boas práticas ambientais relacionadas à gestão de resíduos sólidos, como a não geração, redução, reutilização, logística reversa e tratamento de resíduos sólidos.

9.2.1.6. Os coletores de lixo devem ser instalados em locais apropriados para a coleta, devem evitar acesso de animais e devem ser esvaziados e limpos periodicamente.

9.2.1.7. O coletor de lixo deve utilizar compartimentos separados para cada tipo de lixo: plástico, orgânico, metal, vidro, papel e outros materiais não recicláveis. Lixos do tipo papel, plástico, vidro e metal devem ser destinados a reciclagem e lixos não recicláveis devem ser descartados de forma adequada.

9.2.2. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Construção Civil

9.2.2.1. Um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deverá ser elaborado e executado conforme a Lei Federal nº 12.305/2010. Decreto Federal nº 7404/2010 e Diretriz Estadual DZ- 1310.R-7/2004.

9.2.2.2. Os principais tipos de resíduos gerados na Unidade de Conservação são os relativos à alimentação (garrafas de bebidas, latas de bebidas e embalagens de alimentos); orgânicos (madeira, folhas, galhos e alimentos); resíduos administrativos e outros materiais não recicláveis.

9.2.2.3. A concessionária será responsável pelo armazenamento e disponibilização aos órgãos competentes de todo resíduo gerado dentro dos limites da Unidade de Conservação provenientes da visitação ou atividades administrativas, adotando políticas de mínimo impacto.

9.2.2.4. Implantar e manter em funcionamento um sistema de gerenciamento dos resíduos gerados no PARQUE que tenha como objetivo a reciclagem e destinação adequada de resíduos não recicláveis. O gerenciamento de resíduos contempla a coleta, armazenamento e destinação do resíduo coletado de acordo com a legislação vigente.

9.2.2.5. A concessionária deverá realizar ações de sensibilização com os seus colaboradores e visitantes sobre boas práticas ambientais relacionadas à gestão de resíduos sólidos, como a não geração, redução, reutilização, logística reversa e tratamento de resíduos sólidos.

9.2.2.6. Os coletores de lixo devem ser instalados em locais apropriados para a coleta, devem evitar acesso de animais e devem ser esvaziados e limpos periodicamente.

9.2.2.7. O coletor de lixo deve utilizar compartimentos separados para cada tipo de lixo: plástico, orgânico, metal, vidro, papel e outros materiais não recicláveis. Lixos do tipo papel, plástico, vidro e metal devem ser destinados a reciclagem e lixos não recicláveis devem ser descartados de forma adequada.

9.2.3. Licenciamento e autorizações legais

9.2.3.1. Licenciamento das construções a serem alteradas ou edificadas no Parque Natural Municipal da Catacumba, assim como das atividades, deverá ocorrer seguindo legislação pertinente e trâmites processuais previstos, sendo de responsabilidade da concessionária a execução de cada um dos processos atrelados a completa regularização perante os órgãos públicos. O licenciamento deverá ocorrer em nome da concessionária, estando ainda atrelada a compensação de eventuais impactos.

9.2.3.2. Deverão ainda ser obtidas todas as autorizações necessárias e previstas em legislação vigente para a operação de todas as atrações propostas neste Termo de Referência, incluindo por exemplo:

- Alvará de funcionamento;

- Vigilância sanitária;
- Bombeiros;
- Licença comercial;
- Licença de serviço de alimentação;
- Etc.

9.3. ACESSIBILIDADE

9.3.1. As novas edificações projetadas ou reformadas, as informações disponibilizadas, as áreas de uso comum que seja viáveis tecnicamente e as atividades de educação ambiental deverão estar de acordo com a Lei Federal nº 7.853/89 e o Decreto Federal nº 3.298/99, bem como as normas técnicas sobre o tema, visando a acessibilidade de todos os usuários. Garantindo a todos a possibilidade de acessar um lugar, serviço, produto ou informação de maneira segura e autônoma, sem nenhum tipo de barreira, beneficiando a todas as pessoas, com ou sem deficiência, em todas as fases da vida.

9.3.2. Devendo a concessionária disponibilizar ao menos:

- plena acessibilidade as edificações;
- tarifário bilíngues (português e inglês) e em braile nos pontos de venda;
- atividade de educação ambiental inclusiva;
- uma atividade de recreação inclusiva;
- uma cadeira Julietti, em atendimento a Lei nº 7398/2022.

9.4. PLANO DE OPERAÇÃO

A concessionária deverá apresentar o plano de operação descrevendo, detalhadamente, todas as informações e procedimentos operacionais necessários ao atendimento do projeto concessionário, contemplando, no mínimo, as características técnicas de operação descritas no item 9.

DIRETRIZES PARA OPERAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

9.4.1. Segurança Operacional

9.4.1.1. A concessionária deverá estabelecer o protocolo de utilização dos equipamentos e o inventário de riscos e perigos, assim como as rotinas propostas para minimização de riscos, conforme norma técnica da ABNT – NBR 15331, para todos os serviços que envolvam risco aos participantes, incluindo turismo de aventura.

9.4.1.2. Deverá ser descrito detalhadamente todos os equipamentos de segurança a serem empregados para a operação das atividades e o tempo

de vida útil dos mesmos. Deverá ser descrita a utilidade de cada equipamento com a respectiva imagem para fins de ilustração.

9.4.1.3. Deverão ser realizadas inspeção detalhada das estruturas de turismo de aventura, devendo ser realizadas por um profissional habilitado para a função e devem relatar as condições de manutenção e segurança das estruturas.

9.4.1.4. A Concessionária deverá realizar inspeção anual com elaboração de laudo produzido por profissional devidamente qualificado e independente da empresa Concessionária, para atestar as condições de uso e manutenção dos equipamentos descritos nos itens 5 e 7, bem como dos demais equipamentos que venham a ser implantados pela Concessionária para atividades que envolvam riscos aos participantes.

9.4.2. Segurança Patrimonial – Monitoramento

9.4.2.1. A segurança patrimonial do Parque Natural Municipal da Catacumba ficará a cargo da concessionária, que deverá instalar e realizar a manutenção de um sistema de segurança e monitoramento.

9.4.2.2. O sistema de câmeras deve ser instalado de acordo com orientação da gestão da Unidade de Conservação, e com o aceite do órgão gestor.

9.4.2.3. A concessionária deverá apresentar projeto específico relativo à segurança patrimonial e sua operação, onde devem constar ao menos as especificações relativas aos equipamentos a serem instalados e a forma de operação.

9.4.2.4. A guarda e a segurança dos equipamentos necessários à operação das atividades serão de responsabilidade da concessionária, não cabendo à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC qualquer ressarcimento por furtos ou danos.

9.4.3. Plano de ação emergencial

9.4.3.1. A concessionária deverá descrever todos os procedimentos e protocolos a serem adotados em caso de acidentes, incluindo primeiros socorros.

9.4.4. Apoio à visitação, turismo e serviços aos visitantes

9.4.4.1. A concessionária deverá apresentar plano de serviços de apoio à visitação, constando as atividades e serviços de apoio à visitação, turismo e serviços para visitantes durante o prazo do contrato, devendo seguir as propostas previstas neste Termo de Referência.

9.4.4.2. A Concessionária deverá oferecer atendimento gratuito aos visitantes, a ser realizado por funcionários treinados para fornecer informações sobre o PARQUE, tais como horário de funcionamento, regras de visitação, atrativos disponíveis, localização dos equipamentos, serviços oferecidos, características históricas e ambientais do local, e informações gerais sobre o PARQUE e as demais Unidades de Conservação do município do Rio de Janeiro.

9.4.4.3. O oferecimento de serviços pagos deverá estar de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 8.078/1990, priorizando o respeito e o bom atendimento aos clientes e usuários dos serviços.

9.4.4.4. Todos os serviços de apoio à visitação, turismo e serviços aos visitantes deverão, a princípio, ter funcionamento nos mesmos horários de abertura do PARQUE, podendo os serviços cobrados pela concessionária ocorrerem em horário mais restrito que o de funcionamento do

PARQUE.

9.4.4.5. Apresentação dos documentos integrantes do sistema de gestão de segurança para atividades de turismo de aventura, conforme norma técnica da ABNT – NBR 15331, ou que envolvam risco aos participantes considerando, no mínimo:

- Projeto de Segurança Operacional
- Inventário de riscos e perigos, e plano de tratamento
- Rotinas propostas para minimização de riscos
- Plano de Ação Emergencial em caso de acidentes, incluindo primeiros socorros

10. SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS VOLTADOS AO USO PÚBLICO

10.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.1. Este item do TERMO DE REFERÊNCIA descreve os serviços obrigatórios voltados ao uso público que a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar para os visitantes na Área de Uso Público descrita no capítulo 3, seguindo os padrões estipulados nas DIRETRIZES PARA OPERAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, descritas no item 9.

10.1.2. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar no mínimo SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS VOLTADOS AO USO PÚBLICO das seguintes áreas:

- Serviços de Turismo de Aventura
- Serviços de Alimentação
- Serviços de Estacionamento

10.1.3. A Concessionária poderá ao longo do contrato ampliar a oferta de serviços opcionais e implantar estruturas para oferecer novos serviços como comércio, apoio à visitação, turismo, esportes, eventos entre outras atividades de uso público e visitação, desde que estejam de acordo com o Plano de Manejo e as diretrizes contidas neste TERMO DE REFERÊNCIA. Os serviços e estruturas sugeridas para implantação pelo concessionário deverão ser compatíveis com o objeto da concessão incluindo, mas não se limitando a serviços de uso público e visitação como:

- Aluguel de equipamentos para práticas esportivas e outras atividades;
- Novas atividades de turismo de aventura e recreação;
- Serviços de guias para atividades esportivas, visitação guiada, colônia de férias e lazer;
- Novos serviços turísticos, equipamentos de transporte, visitação noturna;
- Outros serviços sugeridos pela concessionária.

10.1.4. Desde que observada a legislação, as normas e restrições estabelecidas no PLANO DE MANEJO vigente e a compatibilidade com os objetivos da CONCESSÃO, à CONCESSIONÁRIA será assegurada ampla liberdade na formulação de sua estratégia de prestação de SERVIÇOS e

planejamento das atividades da CONCESSÃO, sempre observados os requisitos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA.

10.1.5. A CONCESSIONÁRIA deverá oferecer os seguintes SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS na área de visitação do Parque Natural Municipal da Catacumba:

10.2. SERVIÇOS DE TURISMO DE AVENTURA

10.2.1. Os equipamentos de TURISMO DE AVENTURA instalados no PARQUE compõem a principal estrutura de uso público à disposição dos visitantes e são um grande diferencial na experiência de visitação do PARQUE da Catacumba. Os serviços diversificam a oferta de atividades, aumentam o tempo de permanência dos visitantes na unidade de conservação e não demandam experiência prévia nem equipamentos específicos dos visitantes.

10.2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá operar os equipamentos de TURISMO DE AVENTURA instalados no PARQUE e novas estruturas que venham a ser instaladas incluindo no mínimo os seguintes serviços aos visitantes:

- ARVORISMO – Equipamento instalado em funcionamento
- TIROLESA – Equipamento instalado em funcionamento
- MURO DE ESCALADA – Equipamento instalado em funcionamento
- RAPEL – Equipamento a ser instalado previsto nos investimentos obrigatórios
- NOVA TIROLESA – Equipamento a ser instalado previsto nos investimentos obrigatórios

10.2.3. Na operação dos serviços de TURISMO DE AVENTURA a CONCESSIONÁRIA deverá:

- Instalar, construir ou reformar estruturas e equipamentos usados para serviços de TURISMO DE AVENTURA;
- Dispor de todos os equipamentos, pessoal e recursos necessários para a operação dos serviços de TURISMO DE AVENTURA durante os horários de funcionamento da atividade;
- Utilizar equipamentos homologados e específicos para cada atividade;
- Disponibilizar materiais, produtos e recursos de higiene para equipamentos de uso coletivo;
- Disponibilizar um tarifário bilíngues (português e inglês) e em braile nos pontos de venda e meios de comunicação digitais, contendo preços dos serviços e itens incluídos;
- Disponibilizar diferentes meios de pagamentos como dinheiro, cartão, transferência, pagamentos digitais e outras formas sempre que possível.

10.2.4. Os dias e horários de funcionamento dos diferentes serviços de TURISMO DE AVENTURA deverão ser definidos pela Concessionária. Os serviços deverão estar disponíveis para os visitantes no mínimo nos finais de semana, feriados ou com agendamento prévio.

10.2.5. A CONCESSIONÁRIA poderá implantar, a seu critério, serviços de TURISMO DE AVENTURA dentro dos limites da ÁREA DE USO PÚBLICO e escolher locais e estrutura fixas ou móveis para implantação dos novos serviços. A CONCESSIONÁRIA terá ampla liberdade na formulação de suas estratégias de investimentos opcionais e prestação de serviços de de TURISMO DE AVENTURA, respeitando os requisitos mínimos

estabelecidos nos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS, ENCARGOS OBRIGATÓRIOS e no PLANO DE MANEJO.

- 10.2.6. Os locais escolhidos para implantação de serviço TURISMO DE AVENTURA deverão estar dentro da Zona de Uso Intensivo ou no seu entorno e não prejudicar a fruição das atividades de visitação, considerar a capacidade física da área, o fluxo de visitantes no ponto, a existência de atrativos no entorno, a demanda dos visitantes nos diferentes pontos do PARQUE, a logística dos equipamentos de segurança e demais características pertinentes aos serviços. A instalação de estruturas, equipamentos, edificações, serviços ou o uso de áreas fora da Zona de Uso Intensivo deverão ser previamente aprovadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- 10.2.7. Em todos os locais onde há previsão de funcionamento de serviços de TURISMO DE AVENTURA, a CONCESSIONÁRIA poderá realizar intervenções no entorno das estruturas ou edificações como a implantação de decks, bancos, final, armários e mobiliários usados na operação e conforto dos usuários.
- 10.2.8. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar serviços de TURISMO DE AVENTURA, cobrando por sua utilização valores definidos por ela.
- 10.2.9. A concessionária deverá apresentar um plano de operação dos serviços de TURISMO DE AVENTURA incluindo no mínimo a operação dos EQUIPAMENTOS INSTALADOS, da NOVA TIROLESA e dos equipamentos sugeridos com informações como horário de funcionamento, produtos e serviços oferecidos, capacidade operacional, valores cobrados, quantidade e cargo dos funcionários, equipamentos, mobiliário e demais recursos e procedimentos utilizados, além de outras informações relevantes sobre a operação.
- 10.2.10. O Concessionário deverá garantir a segurança dos praticantes com fornecimento de equipamento de proteção adequado para a prática, devendo ser realizada uma indução/treinamento a poucos centímetros do chão com todas as recomendações e instruções aos clientes para que os mesmos ganhem intimidade com os equipamentos.
- 10.2.11. O sistema de segurança utilizado deverá ser de linha de vida contínua com vagão. O cabo de segurança deverá ser único, contínuo, do início ao fim do circuito, incluindo o trajeto atual e o novo trecho, devendo haver manutenção constante.

10.3. SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E COMÉRCIO

- 10.3.1. Serviços de ALIMENTAÇÃO incluem atividades como preparo, montagem e comercialização de alimentos e bebidas. A atividade é fundamental para uma boa experiência de visitação, aumenta o tempo de permanência dos visitantes na unidade de conservação e facilita o planejamento da visita, uma vez que o serviço é disponibilizado no local e não requer preparo prévio.
- 10.3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá oferecer serviços de ALIMENTAÇÃO em pelo menos 3 locais na área de visitação do Parque Natural Municipal da Catacumba sendo no mínimo:
- 1 RESTAURANTE/LANCHONETE – Serviço de preparo e venda de alimentos e bebidas;
 - 1 CAFÉ - Serviço de preparo e venda de alimentos e bebidas;
 - 1 QUIOSQUE – Serviço de venda de alimentos e bebidas.
- 10.3.3. Na operação dos serviços de ALIMENTAÇÃO a CONCESSIONÁRIA deverá:

- Instalar, construir ou reformar estruturas, equipamentos ou edificações usados para ALIMENTAÇÃO;
- Dispor de todos os equipamentos, pessoal e recursos necessários para a operação dos serviços de ALIMENTAÇÃO durante os horários de funcionamento da atividade.
- Utilizar preferencialmente copos e utensílios feitos de materiais laváveis, reutilizáveis ou não descartáveis, caso não seja possível os materiais deverão ser recicláveis, compostáveis e/ou biodegradáveis.
- Disponibilizar coletores de coleta seletiva nos pontos de venda, além de recolher e destinar corretamente todos os resíduos produzidos com as atividades;
- Disponibilizar cardápios bilíngues (português e inglês) e cardápio em braille nos pontos de venda e meios de comunicação digitais, contendo preços dos produtos e itens incluídos;
- Disponibilizar diferentes meios de pagamentos como dinheiro, cartão, transferência, pagamentos digitais e outras formas sempre que possível.

10.3.4. Os dias e horários de funcionamento dos diferentes serviços e estruturas de ALIMENTAÇÃO deverão ser definidos pela Concessionária. O serviço de venda de alimentos e bebidas deverá estar disponível em pelo menos 1 ponto durante todos os dias de funcionamento do PARQUE, no mínimo das 9h às 17h.

10.3.5. A CONCESSIONÁRIA poderá implantar, a seu critério, serviços de ALIMENTAÇÃO dentro dos limites da ÁREA DE USO PÚBLICO e escolher locais e estrutura fixas ou móveis para implantação dos novos serviços. A CONCESSIONÁRIA terá ampla liberdade na formulação de suas estratégias de investimentos opcionais e prestação de serviços de ALIMENTAÇÃO, respeitando os requisitos mínimos estabelecidos nos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS, ENCARGOS OBRIGATÓRIOS e no PLANO DE MANEJO.

10.3.6. Os locais escolhidos para implantação de serviço ALIMENTAÇÃO deverão estar na Zona de Uso Intensivo ou no seu entorno e não prejudicar a fruição das atividades de visitação, considerar a capacidade física da área, o fluxo de visitantes no ponto, a existência de atrativos no entorno, a demanda dos visitantes nos diferentes pontos do PARQUE, a logística para reposição de produtos e demais características pertinentes aos serviços. A instalação de estruturas, equipamentos, edificações, serviços ou o uso de áreas fora da Zona de Uso Intensivo deverão ser previamente aprovadas pela Secretaria de Meio Ambiente.

10.3.7. Em todos os locais onde há previsão de funcionamento de serviços de ALIMENTAÇÃO a CONCESSIONÁRIA poderá realizar intervenções no entorno das estruturas ou edificações como a implantação de decks, bancos, final, armários e mobiliários usados na operação, conforto dos usuários e contato com o meio externo.

10.3.8. A comercialização de bebidas alcoólicas é proibida no PARQUE.

10.3.9. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar serviços de ALIMENTAÇÃO, cobrando valores definidos por ela.

10.3.10. A concessionária deverá apresentar um plano de operação dos Serviços de ALIMENTAÇÃO incluindo no mínimo a operação do RESTAURANTE/LANCHONETE, do QUIOSQUE e dos equipamentos sugeridos com informações como horário de funcionamento, produtos e

serviços oferecidos, valores cobrados, quantidade e cargo dos funcionários, equipamentos, mobiliário e demais recursos e procedimentos utilizados, além de outras informações relevantes sobre a operação.

10.4. SERVIÇO DE COMERCIO E LOJA DE SOUVENIR

10.4.1. Serviços de COMERCIO E LOJA DE SOUVENIR incluem atividades de venda de produtos de conveniência para visitantes e produtos de souvenir com a marca do PARQUE.

10.4.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável pelo COMÉRCIO de produtos em especial SOUVENIRS da ÁREA DE USO PÚBLICO, e poderá comercializar itens como:

- Loja de Souvenires: artigos com a logomarca do Parque Natural Municipal da Catacumba, devendo tais produtos serem aprovados pelo poder concedente, por meio da Gestão da Unidade de Conservação. A aplicação da logomarca em produtos deverá estar de acordo com o Plano de Marketing e Comunicação da Unidade de Conservação.
- Loja de Conveniência: venda de alimentos, bebidas e itens destinados ao conforto e satisfação do público, tais como: protetor solar, repelente, pilhas e capas de chuva
- Comércio de Produtos Variados: equipamentos esportivos, vestuário, livros, jogos, equipamentos de comunicação, artesanato, produtos e equipamentos ecológicos, entre outros
- Ingressos e serviços: atividades oferecidas no PARQUE e serviços como fotos, vídeos, estacionamento;
- Serviços e atividades fora do PARQUE de natureza similar como atividades esportivas, aulas e atividades físicas, serviços turísticos, culturais e ambientais, ingressos, passeios turísticos, ecoturismo, turismo de aventura, hospedagem, transporte, pacotes de viagens entre outros serviços.

10.4.3. A Loja de Souvenir deverá funcionar todos os dias que o Centro de Visitantes estiver aberto para o público.

10.4.4. A CONCESSIONÁRIA poderá realizar a atividade de Comércio e Loja de Souvenir em todas as edificações, estruturas e equipamentos, incluindo os pontos de venda e atendimento de visitantes.

10.4.5. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar a marca do PARQUE em diversos produtos, sempre seguindo o Plano de Marketing e Comunicação da Unidade de Conservação.

10.4.6. A concessionária deverá apresentar um plano de operação de Serviços de Comércio e Loja de Souvenir, incluindo no mínimo informações como locais, horário de funcionamento, serviços oferecidos, valores cobrados, capacidade operacional, quantidade e cargo dos funcionários, equipamentos, mobiliário e demais recursos e procedimentos utilizados, além de outras informações relevantes sobre a operação.

10.5. SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO

10.5.1. Serviços de Estacionamento incluem atividades como controle de acesso e veículos, orientação de motoristas e manutenção da área.

10.5.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela gestão dos Estacionamentos do PARQUE, pelo monitoramento dos veículos e pela organização dos fluxos de veículos por meio de sinalização e demarcação de vagas, indicando as áreas permitidas, proibidas e especiais.

10.5.3. Na operação dos serviços de Estacionamento, a CONCESSIONÁRIA deverá:

- Abrir e fechar o portão de acesso;
- Limpar o local e realizar manutenções;
- Controlar o número de veículos que entraram no estacionamento e atender a capacidade máximos de vagas;
- Orientar condutores a estacionar, obrigatoriamente, nas vagas demarcadas e sinalizados;
- Dispor de todos os recursos necessários para a operação e gestão do Estacionamento incluindo equipamentos, pessoal, mecanismos de controle de entrada e saída de veículos como cancela, barreiras eletrônicas com leitores, caixas registradoras, terminais de autoatendimento, sistemas informatizados, redes de comunicação e outros recursos;
- Fixar visivelmente na entrada do estacionamento a tabela de preços com os valores cobrados;
- Disponibilizar diferentes meios de pagamentos como dinheiro, cartão, transferência, pagamentos digitais e outras formas sempre que possível.
- Reservar 10% das vagas, de forma permanente, para a administração da UC;
- Reservar 2% das vagas, de forma permanente, a deficientes físicos, conforme disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;
- Reservar 5% das vagas, de forma permanente, a idosos, conforme disposto na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

10.5.4. A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar a área do estacionamento para viabilizar serviços de transfer, "vallet" ou outros de transporte de usuários até o PARQUE.

10.5.5. O Estacionamento poderá ser utilizado para realização de eventos e outras atividades de uso público;

10.5.6. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar o serviço de Estacionamento, cobrando por sua utilização valores definidos por ela.

10.5.7. A CONCESSIONÁRIA poderá implantar edificação voltada a estacionamento na área, desde que atendendo a legislação vigente, em especial a urbanística e ambiental.

10.5.8. A concessionária deverá apresentar um plano de operação do Estacionamento incluindo no mínimo informações como horário de funcionamento, serviços oferecidos, valores cobrados, capacidade operacional, quantidade e cargo dos funcionários, equipamentos, mobiliário e demais recursos e procedimentos utilizados, além de outras informações relevantes sobre a operação.

10.6. SERVIÇOS OPCIONAIS

10.6.1. Eventos

10.6.1.1. Os serviços de Eventos incluem atividades como produção, organização, promoção, captação entre outras tarefas realizadas no PARQUE. A atividade é importante para uma boa experiência de visitação, diversifica a opção de serviços e atrativos, potencializa a visitação em datas específicas, atrai novos visitantes e promove a unidade.

10.6.1.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela gestão de Eventos na Área de Uso Público, incluindo serviços variados como produção, captação, locação de material entre outros.

10.6.1.3. A realização de qualquer evento deverá ser previamente comunicada à gerência do PARQUE e as atividades deverão estar de acordo com o plano de manejo. A CONCESSIONÁRIA não precisa de autorização prévia do órgão gestor da UC para a realização de eventos desde que estejam de acordo com todos os requisitos deste edital, em especial quando a comunicação à gestão do PARQUE.

10.6.1.4. Os Eventos poderão ser realizados nas praças, alamedas, gramados, ambientes naturais, edificações existentes, em novas estruturas a serem construídas ou instaladas e poderão utilizar mobiliários móveis com estruturas proporcionais aos serviços prestados, desde que estejam de acordo com o plano de manejo.

10.6.1.5. A CONCESSIONÁRIA poderá realizar Eventos em todos os dias e horários de funcionamento do PARQUE;

10.6.1.6. A concessionária poderá apresentar um plano de gestão de Eventos incluindo informações como tipo de eventos, locais de realização, calendário de eventos, serviços oferecidos, capacidade operacional, equipamentos, mobiliário e demais recursos utilizados, além de outras informações relevantes sobre os Eventos que pretende realizar.

10.6.2. Serviços Esportivos

10.6.2.1. Os serviços Esportivos incluem atividades como aulas, atividades físicas, atividades de bem-estar, cuidados pessoais em geral, treinamentos entre outros serviços oferecidos no PARQUE. A atividade é importante para uma boa experiência de visita, atrai visitantes recorrentes e utiliza os recursos naturais existentes do PARQUE para a prática de atividades físicas.

10.6.2.2. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar Serviços Esportivos na Área de Uso Público incluindo serviços como aulas, atividades físicas, atividades de bem-estar, cuidados pessoais em geral, treinamentos entre outros serviços oferecidos no PARQUE incluindo atividades como:

- Aula e serviços de bem-estar como de ioga, alongamento e meditação;
- Assessoria esportiva e aulas como escalada, caminhada, corrida;
- Atividades físicas como circuito funcional e atividades aeróbicas;
- Ginásticas variadas, com pesos e equipamentos;
- Treinamento empresarial;
- Workshops e treinamentos e como resgate, primeiros socorros.

10.6.2.3. Os Serviços Esportivos poderão ser realizados em praças, alamedas, gramados, ambientes naturais, edificações existentes, em novas estrutura a serem construídas ou instaladas e poderão utilizar mobiliários móveis com estruturas proporcionais aos serviços prestados, desde que estejam de acordo com o plano de manejo.

10.6.2.4. A CONCESSIONÁRIA poderá realizar Serviços Esportivos todos os dias e horários de funcionamento do PARQUE;

10.6.2.5. A CONCESSIONÁRIA deverá contratar empresa ou profissional devidamente qualificado para a prestação dos serviços esportivos.

10.6.2.6. A Proponente poderá apresentar um plano gestão de Serviços Esportivos incluindo informações como tipo de atividade esportiva, locais de realização, serviços oferecidos, capacidade operacional, equipamentos, mobiliário e demais recursos utilizados, além de outras

informações relevantes sobre os SERVIÇOS ESPORTIVOS que pretende realizar.

10.6.3. Outros Serviços Opcionais

10.6.3.1. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar serviços opcionais voltados ao uso público e aos visitantes tais como locação de equipamentos, recreação infantil, entre outras atividades, desde que de acordo com a legislação vigente e com o Plano de Manejo da Unidade Conservação.

10.6.3.2. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar serviços de publicidade e patrocínio, com a possibilidade de exposição de marcas em sua forma física no interior das áreas de uso público (zona de uso intensivo) do PNM da Catacumba e de modo digital nas diversas comunicações da CONCESSIONÁRIA, incluindo material audiovisual de Educação Ambiental, website, páginas em redes sociais, entre outros. A exploração de serviços de publicidade e patrocínio, em sua forma física, deverá seguir as seguintes diretrizes:

- Não poderá causar impacto na paisagem;
- Não poderá utilizar de iluminação extensiva (paineis de led ou iluminação noturna) ou atrativa a fauna;
- Deverá ser aprovada pelo órgão gestor da UC quando exceder área de 1 m² de publicidade;
- Deverá estar de acordo com a legislação vigente e com o Plano de Manejo da Unidade de Conservação.

11. ENCARGOS E CONTRAPARTIDAS OBRIGATÓRIOS

11.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1.1. Este item do Termo de Referência descreve os Encargos e Contrapartidas Obrigatórios relativos à manutenção e melhorias da Unidade de Conservação que a CONCESSIONÁRIA deverá assumir em complemento a exploração de atividades econômicas e prestação de serviços na área de uso público, descrita no capítulo 2.

11.1.2. Os Encargos e Contrapartidas Obrigatórios a serem assumidos pela CONCESSIONÁRIA se distribuem nos seguintes temas:

- A. Encargos de Uso Público e apoio à visitação
- B. Encargos de Segurança
- C. Encargos de Comunicação
- D. Encargos de Zeladoria e Manutenção
- E. Encargos Ambientais
- F. Encargos Acessórios

11.1.3. A Concessionária poderá, ao longo do contrato, ampliar a assunção de Encargos e Acessórios através de ações ligadas a macrotemas como melhoria da experiência do visitante, educação ambiental, projetos sociais, ambientais e culturais, pesquisa e preservação, projetos de valorização do patrimônio cultural, histórico e ambiental do PARQUE programas de voluntariado, desde que estejam de acordo com o Plano de Manejo.

- 11.1.4. Desde que observada a legislação, as normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo vigente e a compatibilidade com os objetivos da CONCESSÃO, será assegurada à CONCESSIONÁRIA ampla liberdade na formulação de sua estratégia de prestação dos Encargos e Contrapartidas Obrigatórios e planejamento das atividades da CONCESSÃO, sempre observado os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 11.1.5. A CONCESSIONÁRIA deverá assumir os seguintes Encargos e Contrapartidas Obrigatórios em toda a área de visitação do Parque Natural Municipal da Catacumba:

A. ENCARGOS DE USO PÚBLICO E APOIO À VISITAÇÃO

11.2. OPERAÇÃO DO CENTRO DE VISITANTES E ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

- 11.2.1. A operação do Centro de Visitantes e o Atendimento aos Usuários têm como objetivo recepcionar, informar e orientar o público a respeito da visitação no Parque Natural Municipal da Catacumba, podendo oferecer serviços de apoio, tais como alimentação, serviços e comércio, além de desenvolver ações de comunicação e educação para os usuários, voltadas a valorização e preservação do patrimônio ambiental, culturais e históricos do PARQUE.
- 11.2.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela operação do Centro de Visitantes instalado no Pavilhão Victor Brecheret e deverá manter aberto e em funcionamento nos dias e horários de visitação do PARQUE.
- 11.2.3. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar atendentes ou monitores no mínimo aos finais de semana para orientar o público, receber grupos e conduzir visitas guiadas no Centro de Visitantes;
- 11.2.4. A concessionária deverá realizar o atendimento dos visitantes de forma gratuita, no Centro de Visitantes, em todos os pontos de venda, operações e atendimento de clientes, durante seus horários de funcionamento e através de todos os seus monitores, guias e colaboradores que atuam em operações;
- 11.2.5. O atendimento deverá ser feito por funcionários treinados para fornecer informações sobre o PARQUE como horário de funcionamento, regras de visitação, atrativos disponíveis, localização dos equipamentos, serviços oferecidos, características históricas e ambientais do local além de informações gerais sobre o PARQUE e unidades de conservação.
- 11.2.6. Todos os equipamentos e recursos destinados à recepção e educação dos usuários, descrito na seção 7.8. - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE VISITANTES E SEDE DO PARQUE, deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento e conservação pela CONCESSIONÁRIA.

11.3. SINALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE USO PÚBLICO

- 11.3.1. O sistema de sinalização implantado na Zona de Uso Intensivo tem como objetivo auxiliar a visitação oferecendo ao público informações e orientações essenciais sobre o Parque Natural Municipal da Catacumba e a conduta em ambientes naturais voltadas à valorização e preservação do patrimônio ambiental, culturais e históricos do PARQUE.
- 11.3.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela manutenção e melhoria do sistema de sinalização das Áreas de Uso Público existente no Parque

Natural Municipal da Catacumba, incluindo diferentes recursos utilizados para promover a interpretação ambiental, orientar e direcionar o público, sinalizar atrativos existente e que venham a ser instalados, bem como divulgar informações sobre o PARQUE e o entorno para os visitantes incluindo no mínimo:

- Sinalização de atrativos e infraestruturas incluindo: edificações, estacionamento, banheiros, atrativos naturais, ruínas da antiga favela, equipamentos de uso público e os utilizados para prestação de serviços, entre outros;
- Sinalização direcional e orientativa incluindo: caminhos e acessos aos atrativos e infraestruturas existentes no PARQUE, roteiros e fluxo de visitação, áreas restritas ao público, mapa do PARQUE com localização, entre outros;
- Sinalização educativa, informativa e interpretativa incluindo: normas e regras de conduta da unidade de conservação, orientações aos visitantes, informações ambientais relevantes sobre fauna e flora, notícias, realização de obras ou interdições, entre outras;

11.3.3. Os equipamentos e ferramentas que compõem o sistema de sinalização deverão ser bilíngues (português e inglês), sempre que possível, seguirem um padrão de identidade visual, materiais e conteúdos, aplicados em recursos como:

- Mapas e Maquetes;
- Placas, totens e impressos
- Mobiliários variados;
- Vídeos e demais recursos de comunicação com visitantes;
- Recursos e equipamentos inclusivos como audiodescrição, braille e sinalização tátil quando viável;

11.3.4. A sinalização das Áreas de Uso Público deverá seguir os padrões e boas práticas consagradas para a atividade, descritas em publicações de instituições renomadas como o “Manual de sinalização de trilhas” de 2018 do ICMBio, ou outras orientações que venha a ser publicadas sobre o tema.

11.3.5. Todos os equipamentos e recursos utilizados na sinalização das Áreas de Uso Público deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento e conservação pela CONCESSIONÁRIA.

11.4. MANEJO DAS TRILHAS

11.4.1. O Manejo das Trilhas tem como objetivo manter as trilhas em bom estado de conservação e uso, possibilitando a visitação de forma segura e organizada a diferentes áreas do PARQUE.

11.4.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável pelo Manejo das Trilhas existentes e de novas trilhas que venham a ser abertas no Parque Natural Municipal da Catacumba, utilizando diferentes ações e recursos necessários para monitoramento, manutenção e melhora das trilhas que deverão estar em bom estado de conservação, minimizar os riscos aos usuários, minimizar os impactos ambientais e promover a interpretação ambiental através de intervenções e boas prática como:

- Controle de processo erosivos com ações de prevenção e reparação;

- Instalação de mecanismos de drenagem e escoamento de águas como canaletas e valas;
- Melhorias do percurso e da segurança com Intervenções como degraus, passarelas e guarda-corpo;
- Instalação de mobiliários de apoio e benfeitorias como mirantes, decks e bancos;
- Poda, capina e roçada da vegetação;
- Alteração do traçado quando necessário;
- Elaboração e aplicação de indicadores para monitoramento;
- Sinalização de atrativos e infraestruturas incluindo mirantes, equipamentos e mobiliários;
- Sinalização direcional e orientativa incluindo o sentido / trajeto a ser percorrido e direção dos atrativos;
- Sinalização educativa, informativa e interpretativa incluindo orientações de segurança e informações sobre fauna e flora;

11.4.3. A CONCESSIONÁRIA poderá propor a abertura de novas trilhas que deverão ser previamente aprovadas pelo órgão gestor.

11.4.4. O manejo das trilhas deverá seguir os padrões e boas práticas consagradas para a atividade, descritas em publicações de instituições renomadas como o “Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação” de 2011 do ICMBio, ou outras orientações que venha a ser publicadas sobre o tema.

11.4.5. Todas as trilhas existentes na Zona de Uso Intensivo deverão ser mantidas em perfeito estado de funcionamento e conservação pela CONCESSIONÁRIA.

11.5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ESTUDANTES E VISITANTES

11.5.1. Os recursos naturais existentes no PARQUE e os equipamentos de Educação Ambiental instalados pela CONCESSIONÁRIA devem servir como ferramentas de Educação Ambiental para estudantes e visitantes, abordando de forma lúdica, interpretativa e qualificada assuntos que promovam e valorizem a preservação do meio ambiente.

11.5.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável por promover a educação ambiental no PARQUE incluindo:

- Desenvolver atividades de Educação Ambiental para Visitantes em geral, com viés de conservação da Biodiversidade, conforme Lei Federal nº 9.985/2000, através de visitas autoguiadas;
- Desenvolver atividades de Educação Ambiental para estudantes das redes pública e privada de ensino, conforme Lei Federal nº 9.795/1999, através de visitas guiadas;
- Realizar atividades de Educação Ambiental com os colaboradores da CONCESSIONÁRIA nos treinamentos;

11.5.3. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar um roteiro para visita dos equipamentos que inclua visitas guiadas com monitores e visitas autoguiada com a utilização de mapas, guias, placas, aplicativos entre outros recursos que dispensem a condução de um monitor.

11.5.4. A CONCESSIONÁRIA deverá atender no mínimo 400 estudantes por ano da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, de forma gratuita, em atividades que envolvam palestras e a visita guiada pelos equipamentos de Educação Ambiental.

11.5.5. Em complemento às atividades sugeridas nos itens anteriores, a CONCESSIONÁRIA poderá realizar outras ações e projetos de Educação Ambiental como:

- Visitas noturnas: uma opção que pode ocorrer no período de lua cheia, guiada, com grupo limitado de pessoas, através de poucas fontes luminosas (lanternas) com o intuito estrito educacional permitindo ao visitante a observação de animais de habitats noturnos em atividade;
- Programa de educação ambiental e acessibilidade: desenvolver uma série de ações de educação ambiental voltadas a PNE, possibilitando experiências práticas a estas pessoas em contato através de diferentes sentidos; e
- Instalação de novos equipamentos ou mobiliários utilizados promover a Educação Ambiental;

11.5.6. Todos os equipamentos e recursos destinados à educação ambiental dos usuários, descrito na seção 5.10. INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento e conservação pela CONCESSIONÁRIA.

B. ENCARGOS DE SEGURANÇA

11.6. MANUTENÇÃO E ACESSO AS CÂMERAS DE MONITORAMENTO

11.6.1. O sistema de câmeras de monitoramento do PARQUE tem como objetivo monitorar as áreas de visitação e o comportamento dos usuários, melhorando a segurança no local.

11.6.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela manutenção do sistema de câmeras e o fornecimento do acesso às imagens ao poder concedente, que deverão ser transmitidas on-line, em tempo real, por meio de aplicativo, programa, website ou outros meios digitais.

11.6.3. Todos os equipamentos e recursos integrantes do sistema de câmeras de monitoramento descrito nesta seção 7.11. - INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento e conservação pela CONCESSIONÁRIA.

11.7. MONITORAMENTO DA OPERAÇÃO DE TURISMO DE AVENTURA

11.7.1. O monitoramento da operação de Turismo de Aventura e de serviços oferecidos na área do PARQUE que envolvam riscos aos participantes tem como objetivo reduzir a probabilidade e a consequência de incidentes e acidentes, reduzindo os riscos aos usuários, aumentando a segurança das operações.

11.7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o monitoramento dos recursos utilizados nas operações de Turismo de Aventura e serviços que envolvam riscos aos participantes. O monitoramento deverá incluir procedimentos como:

- Inspeções visuais;
- Registro fotografico;
- Preenchimento de relatórios;
- Utilização de manuais;
- Registro as atividades;

11.7.3. O Monitoramento deverá incluir todos os recursos utilizados nas operações, incluindo no mínimo:

- Estruturas utilizadas na operação
- Equipamentos de segurança
- Equipe de Monitores

11.7.4. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar um relatório mensal de monitoramento da operação de turismo de aventura e serviços que envolvam riscos aos visitantes e apresentar ao poder concedente através gestor da unidade, em meio físico ou digital.

11.7.5. Todos os recursos utilizados na operação de Turismo de Aventura e serviços que envolvam riscos aos participantes deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento e conservação pela CONCESSIONÁRIA e os monitores capacitados.

C. ENCARGOS DE COMUNICAÇÃO

11.8. FORNECIMENTO DE INTERNET SEM FIO PARA VISITANTES E GESTÃO DO PARQUE

11.8.1. O fornecimento do acesso à internet sem fio para visitantes e gestão do PARQUE têm como objetivo melhorar a conexão dos visitantes com a rede, com a concessionária e com diferentes serviços digitais.

11.8.2. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar acesso gratuito à internet para visitantes e a gestão do PARQUE, sendo acesso ilimitado para a gestão da UC e podendo haver limitação no uso de dados para os visitantes. A CONCESSIONÁRIA poderá exigir um cadastro dos usuários e será permitida a veiculação de publicidade e outras fontes de financiamento do serviço.

11.8.3. Todos os equipamentos e recursos integrantes do sistema de câmeras de monitoramento descrito no capítulo

11.8.4. Todos os equipamentos e recursos integrantes da rede de acesso à internet descritos na seção 7.12. - INSTALAÇÃO DE REDE DE ACESSO À INTERNET SEM FIO deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento e conservação pela CONCESSIONÁRIA.

D. ENCARGOS DE MANUTENÇÃO E ZELADORIA

11.9. LIMPEZA E MANUTENÇÃO NA ZONA DE USO INTENSIVO, EM ESPECIAL DA INFRAESTRUTURA DE USO PÚBLICO

11.9.1. O serviço de limpeza, manutenção e zeladoria de toda a área de Zona de Uso Intensivo e Especial - incluindo sede, praças, alamedas e banheiros - ficará a cargo da CONCESSIONÁRIA, devendo esta realizar a limpeza e manutenção na Sede do Parque, das áreas de visitação, incluindo as praças, alamedas, trilha e latas de lixo, exceto em casos de desastres naturais e motivos de força maior.

11.9.2. A Concessionária deverá fornecer material, equipamentos e pessoal para a realização dos serviços de acordo com a demanda nos dias de funcionamento da sede, para todas as áreas incluídas na Zona de Uso Intensivo e Especial.

11.9.3. A limpeza deverá ser realizada nos dias de funcionamento do PARQUE, com frequência compatível com o uso, incluindo a coleta de lixo e reposição de material de higiene.

11.9.4. A limpeza das praças e alamedas deverá ser feita com varredura do piso, remoção de capim e de vegetação das áreas de circulação, sob

orientação do gestor ou do órgão responsável pela gestão da Unidade de Conservação, além da reparação do calçamento quando necessário.

11.9.5. A limpeza da trilha deverá ser feita com coleta de lixo no entorno da trilha e limpeza dos coletores. A Concessionária deverá recolher o lixo das latas instaladas no PARQUE sempre que estiverem cheias ou no mínimo a cada 03 (três) dias.

11.9.6. A concessionária será responsável pela limpeza e manutenção do Centro de Visitantes, bem como pela manutenção e reposição de todos os equipamentos instalados e materiais utilizados no seu funcionamento.

E. ENCARGOS AMBIENTAIS

11.10. APOIO AO MANEJO DA VEGETAÇÃO

11.10.1. A Concessionária deverá apoiar o manejo a ser realizado em praças, alamedas, trilhas e mirantes, sob orientação do gestor ou do órgão responsável pela gestão da Unidade de Conservação. Realizando o ações nas áreas de visitação do PARQUE, incluindo procedimentos de poda de árvores, paisagismo e jardinagem.

11.10.2. As ações de manejo florestal como poda de árvores, capina, remoção de espécies exóticas entre outras deverão ser realizadas de acordo com as normas ambientais, as normas de segurança e leis que regulamentam as atividades. A Concessionária deverá utilizar ferramentas e maquinário adequado para a realização das atividades. A Concessionária poderá contratar empresa especializada ou funcionário habilitado para a realização das ações.

11.10.3. As ações de manejo florestal, jardinagem e paisagismo deverão ser realizadas na zona de uso intensivo do PARQUE, em especial na entrada, nos jardins, no gramado, no entorno da sede, nas praças e mirantes.

11.11. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS NO PARQUE

11.11.1. A CONCESSIONÁRIA deverá ser responsável pela completa gestão de resíduos do PARQUE, garantindo a correta destinação dos resíduos gerados durante a operação. Garantindo toda a cadeia logística para destinação destes resíduos de acordo com a legislação vigente e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos proposto.

11.12. APOIO À PESQUISA E PROJETOS DE CONSERVAÇÃO

11.12.1. O Apoio a Pesquisa e Projetos de Conservação são ferramentas fundamentais para melhoria do conhecimento das características ambientais da Unidade de Conservação e têm como objetivo auxiliar a preservação do meio ambiente e do ecossistema local.

11.12.2. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer apoio logístico, material e de pessoal para auxílio às tarefas de campo de pesquisas e projetos de conservação da biodiversidade no Parque Natural Municipal da Catacumba, desde que devidamente autorizadas pelo órgão gestor da Unidade de Conservação e com priorização das pesquisas previstas como prioritárias no Plano de Manejo.

11.12.3. O estabelecimento da demanda e dos recursos fornecidos pela Concessionária serão definidos em comum acordo entre a Concessionária e os pesquisadores, com intermédio do órgão gestor da UC, sempre respeitando a razoabilidade quanto a relevância da pesquisa e aos recursos necessários, cabendo a CONCESSIONÁRIA a decisão final de apoiar ações onerosas.

11.12.4. Todo tipo de apoio à pesquisas e projetos de conservação deverá ser realizado com recursos em perfeito estado de funcionamento e conservação fornecidos pela CONCESSIONÁRIA.

F. ENCARGOS ACESSÓRIOS

11.13. ENCARGOS ACESSÓRIOS RELACIONADOS AOS MACROTEMAS

11.13.1. Definem-se como Encargos Acessórios as ações a serem custeadas pela CONCESSIONÁRIA que estejam inseridas nos Macrotemas abaixo identificados:

- a) Apoio às ações de educação, comunicação e interpretação ambiental: projetos de educação socioambiental, podendo envolver públicos da educação formal e não formal, bem como o desenvolvimento e implementação do programa de interpretação ambiental dos Parques;
- b) Apoio às ações de promoção do turismo local e de projetos de integração com o entorno;
- c) Fomento ao empreendedorismo, inclusive digital: ações de fortalecimento do turismo e de desenvolvimento local, incluindo aquelas voltados a cadeias produtivas e a fornecedores de produtos e serviços do entorno e de iniciativas para atuação em turismo, voltados às comunidades do município do Rio de Janeiro;
- d) Apoio a projetos de pesquisa, inclusive quando relacionados à aplicação de sistemas e dispositivos inovadores: viabilização de projetos de pesquisa prioritários da unidade de conservação;
- e) Apoio às ações de manejo de espécies: ações relacionadas ao controle de espécies da fauna e da flora exóticas invasoras, a intervenções na gestão de situações de conflito na interação fauna x visitação (ex.: quatis, macacos, abelhas etc.) e ações de restauração de ecossistemas;
- f) Apoio às ações ambientais e de monitoramento: ações voltadas ao monitoramento e recuperação ambiental lato sensu (ex.: qualidade da água e o respectivo tratamento, resposta a intervenções, ações de restauração), monitoramento da biodiversidade, monitoramento de ameaças (ex.: uso de tecnologias para a detecção de ilícitos), monitoramento de impactos relacionados à visitação;
- g) Apoio ao programa de voluntariado: ações de planejamento, gestão e execução do programa de voluntariado dos Parques.

11.13.2. Após cada período de 12 (doze) meses contados da Ordem de Início do Contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá apurar e segregar, em conta corrente específica de titularidade da CONCESSIONÁRIA, valor correspondente a 3,0% (três por cento) de sua Receita Operacional Bruta, que deverá ser utilizado exclusivamente em atividades relacionadas na subcláusula 11.13.1.

11.13.3. Os valores segregados em conta específica deverão ser aplicados em títulos públicos ou fundos de investimentos lastreados nestes títulos, e os seus rendimentos financeiros também deverão ser utilizados integralmente nos ENCARGOS ACESSÓRIOS.

11.13.4. Não haverá apuração e segregação de valores no último ano de vigência do Contrato.

11.13.5. Caso o valor apurado e segregado não seja utilizado nos macrotemas no prazo de 3 (três) anos, o montante, atualizado pelos rendimentos financeiros respectivos, deverá ser recolhido para o PODER CONCEDENTE, sob pena de aplicação de sanções.

11.13.6. Os valores apurados e segregados nos dois últimos anos da CONCESSÃO deverão ser utilizados dentro do prazo remanescente do

Contrato, aplicando-se o previsto na subcláusula 11.13.2 caso não sejam utilizados até o término da concessão.

11.13.7. A CONCESSIONÁRIA deverá efetivar as ações a título de ENCARGOS ACESSÓRIOS, correspondentes aos macrotemas previstos neste Termo de Referência, baseada nas decisões do Comitê de Acompanhamento e Fiscalização, diretamente ou indiretamente por meio de convênio, termos de cooperação, contratos e outras previsões legais do gênero.

11.13.8. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, anualmente, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Ordem de Início do Contrato, uma prestação de contas referente à aplicação dos recursos dos Encargos Acessórios nos últimos 12 (doze) meses, bem como apresentar relatórios trimestrais.

G. SOCIAL E ACESSIBILIDADE

11.14. PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – REDE PÚBLICA

11.14.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável por promover a educação ambiental no PARQUE, incluindo o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental para estudantes da rede pública de ensino, conforme Lei Federal nº 9.795/1999, através de visitas guiadas;

11.14.2. A CONCESSIONÁRIA deverá atender no mínimo 150 alunos por mês da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, de forma gratuita, em atividades que envolvam palestras e a visita guiada pelos equipamentos de Educação Ambiental.

11.15. MANUTENÇÃO – ACESSIBILIDADE

11.15.1. Ficará a cargo da CONCESSIONÁRIA garantir a manutenção dos equipamentos de acessibilidade, tais como rampas de acesso e pisos apropriados.

12. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE INVESTIMENTOS E ENCARGOS OBRIGATÓRIOS

12.1. A CONCESSIONÁRIA deverá concluir a execução dos Investimentos Obrigatórios em até 24 (vinte e quatro) meses a partir da aprovação pelo PODER CONCEDENTE de seu Plano de Trabalho, que deverá ser apresentado em até 30 (trinta) dias a partir da data da Ordem de Início, contendo atividades e cronograma detalhado proposto pela CONCESSIONÁRIA, baseado nas diretrizes deste Termo de Referência.

12.2. Este Plano de Trabalho deverá conter cronograma detalhado de implantação dos investimentos obrigatórios, bem como assunção dos encargos obrigatórios, contendo ao menos prazos para elaboração de projetos básico e executivo, prazos iniciais e finais previstos para cada implantação, valor estimado e demais informações pertinentes, respeitando os seguintes prazos:

- Operação dos equipamentos de turismo de aventura instalados – PRAZO: Imediato
- Operação do espaço para recepção e apoio – PRAZO: Imediato
- Operação do estacionamento – PRAZO: Imediato
- Implantação / Assunção dos Encargos e Contrapartidas Obrigatórios – PRAZO: Imediato

- Implantação de todos os Investimentos Obrigatórios – PRAZO: 24 meses

13. SISTEMA DE MENSURAÇÃO DESEMPENHO

- 13.1. A seguir, são apresentados os INDICADORES DE DESEMPENHO e seus objetivos básicos que deverão ser aferidos no âmbito do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DESEMPENHO relativo à concessão dos serviços de uso público do Parque Natural Municipal da Catacumba.
- 13.2. LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS VERDES - Monitorar o cumprimento das rotinas de serviços de limpeza e conservação de áreas verdes contidas nas áreas de uso público e sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, por meio da percepção e satisfação dos USUÁRIOS e aferição em campo pelo PODER CONCEDENTE.
- 13.3. MANUTENÇÃO DE ATIVOS - Monitorar o cumprimento e a efetividade das rotinas de manutenção preventiva e preditiva dos ativos instalados, localizados ou operando nas áreas de uso público e sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.
- 13.4. MONITORAMENTO DE IMPACTO AMBIENTAL DA VISITAÇÃO - Monitorar o cumprimento do Plano de Monitoramento de Impacto Ambiental da visitação nas áreas de uso público e sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA.
- 13.5. EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO - Aferir o grau de satisfação dos USUÁRIOS em relação às experiências proporcionadas pela visitação no PARQUE, por meio de questionários de satisfação aplicados de forma presencial ou online.
- 13.6. O SISTEMA DE MENSURAÇÃO DESEMPENHO, bem como o mérito destes INDICADORES, bem como suas métricas, mecanismo de pontuação, responsáveis pela medição, meio de verificação e periodicidade de apuração são apresentados no ANEXO X - SISTEMA DE MENSURAÇÃO DESEMPENHO.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. Qualquer construção ou benfeitoria realizada na Unidade de Conservação será incorporada a esta, tornando-se propriedade pública, sem direito a retenção ou indenização.
- 14.2. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro deverá compor uma Comissão de Acompanhamento da Concessão, que será vigente por todo o tempo de sua duração, com participação da Secretaria de Ambiente e Clima, como responsável pela gestão da Unidade de Conservação. Poderá, a critério do PODER CONCEDENTE, ser composta uma Comissão de Acompanhamento das Obras, com prazo mais curto que a concessão para acompanhar especificamente a implantação dos Investimentos e Encargos Obrigatórios.
- 14.3. A Concessionária, além dos deveres estabelecidos nos itens anteriores, deverá executar as ações e cumprir as obrigações elencadas a seguir:
- ✓ Manter bens imóveis concedidos em condições adequadas à sua destinação, assim devendo restituí-lo;
 - ✓ Manter as edificações com limpeza e manutenção constantes garantindo o perfeito estado de suas instalações e conforto ao usuário, incluindo o fornecimento de insumos para tal;
 - ✓ Elaborar laudo das estruturas físicas dos equipamentos de aventura, assinados por profissionais devidamente habilitados com CREA, podendo, a Prefeitura, através de um órgão público (Geo-Rio ou Defesa Civil) vistoriar os equipamentos para apresentar conformidade ou não com profissional

capacitado da Concessionária. Caso não haja conformidade com o que foi apresentado, a empresa terá um mês para atender às demandas levantadas pelo órgão, sob pena de interdição do equipamento até atendimento da demanda;

✓ Realizar a manutenção de todas as áreas do entorno de cada equipamento de aventura e do quiosque, objeto deste termo que corresponde às praças, alamedas e espaços no ao redor, conforme a necessidade;

✓ Realizar a manutenção preventiva e emergencial nos equipamentos de aventura;

✓ Manter profissional para atendimento e realização de primeiros socorros;

✓ Apresentar plano de contingência, segurança e atuação em caso de acidentes;

✓ Apresentar cronogramas para atuações iniciais e contratos firmados com os prestadores dos serviços dos encargos;

✓ Apresentar proposta de gratuidade em parte dos serviços para a rede pública, em percentual e forma a serem estabelecidos pela concessionária em projeto a ser apresentado;

✓ Alvará do Corpo de Bombeiros

✓ Implantar coletores de lixo comum e de coleta seletiva no entorno dos equipamentos;

✓ A Concessionária deverá apresentar relatório mensal informando as condições de operação e conservação dos equipamentos de turismo de aventura objeto da permissão de uso, incluindo os relatórios de inspeção, as rotinas utilizadas para a manutenção dos equipamentos e para a garantia da segurança dos usuários. Deverão ser ainda apresentadas as atividades rotineiras de capacitação e treinamento da equipe;

✓ Caberá à Concessionária fornecer e instalar todas as peças e demais componentes dos equipamentos descritos nos itens a serem substituídos em função do tempo de vida útil dos mesmos, durante o tempo de vigência desta concessão.

✓ A Concessionária deverá obedecer ao disposto no Plano de Manejo do PARQUE, bem como nas demais legislações e regras referentes a esta unidade de conservação e leis ambientais vigentes.

✓ A Concessionária deverá apresentar anualmente o balanço financeiro da atividade, com todas as receitas, despesas geradas e lucro, assinado por profissional devidamente qualificado.

✓ A Concessionária deverá apresentar mensalmente o controle de visitantes/usuários pagantes dos serviços no interior do PARQUE;

✓ Os encargos obrigatórios que recaem sobre a Concessionária como obrigações relativas à manutenção e melhorias da Unidade de Conservação deverão ser realizados independente do resultado financeiro advindo da operação dos serviços descritos neste Termo de Referência.

✓ A Concessionária deverá apresentar Seguro de Vida e Seguro de Responsabilidade Civil, no começo de cada ano, para cobrir eventuais despesas médicas/ hospitalares contra acidentes pessoais, que estejam vinculados às atividades realizadas no PARQUE.

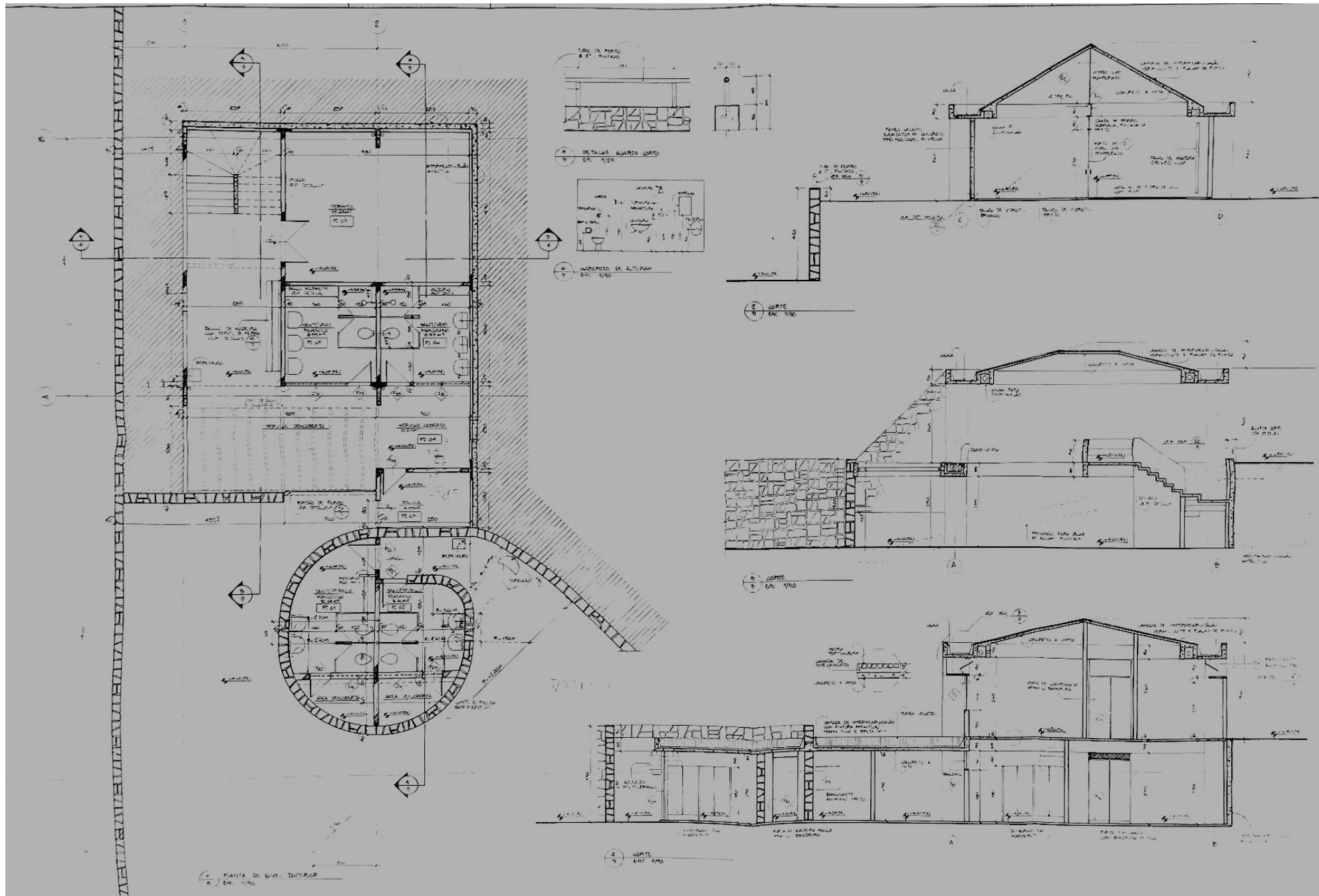
✓ A Concessionária deverá realizar a manutenção de toda a infraestrutura existente, objeto deste Termo de Referência, por todo o tempo que

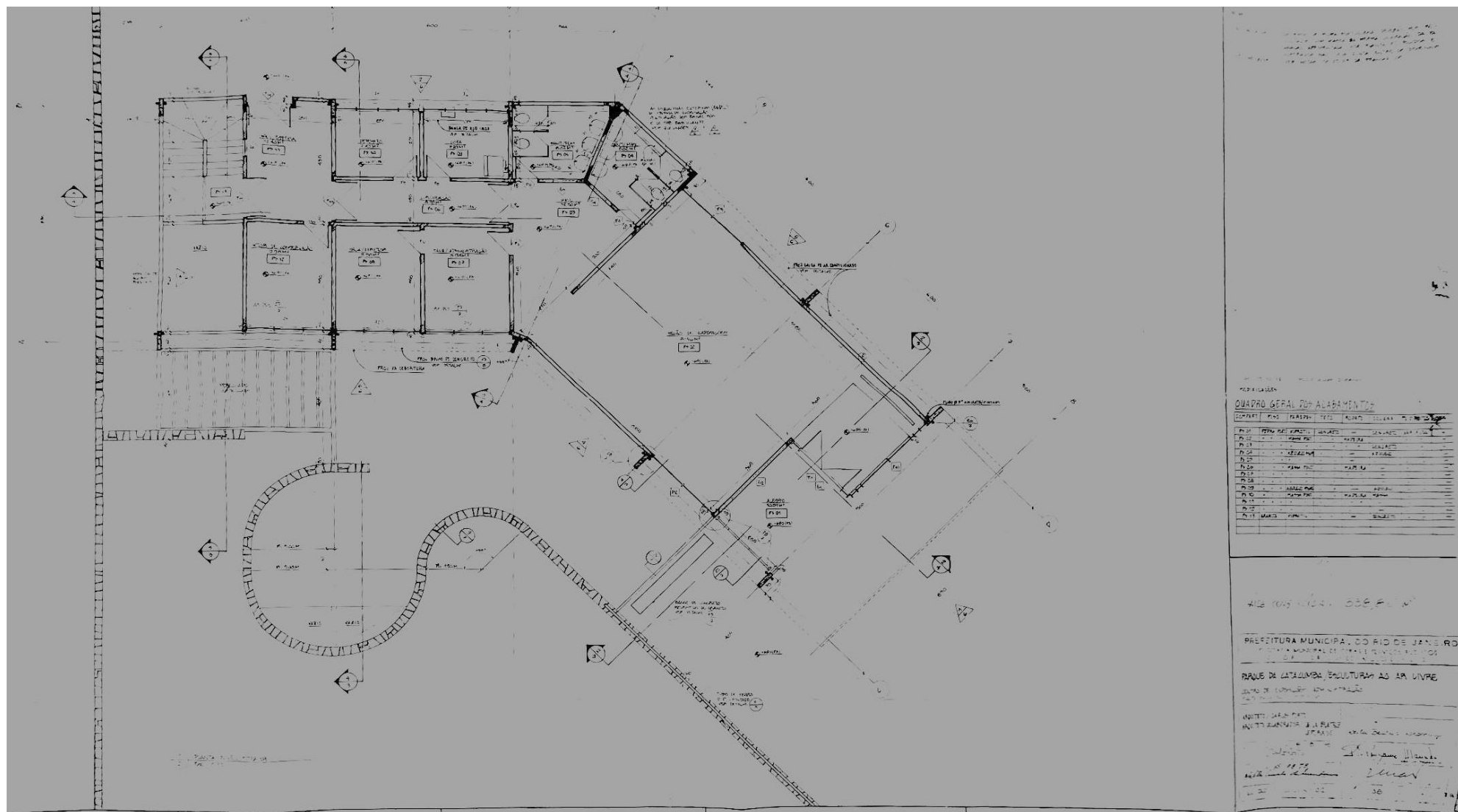
perdurar a permissão de uso.

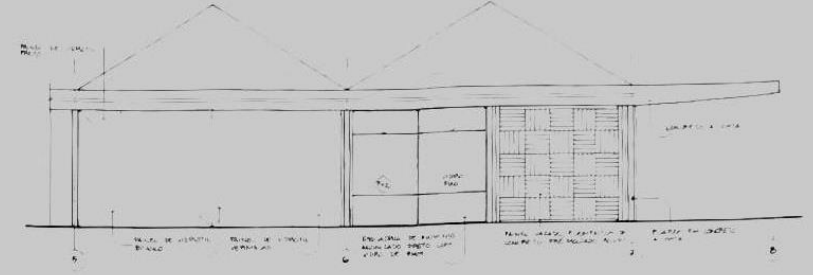
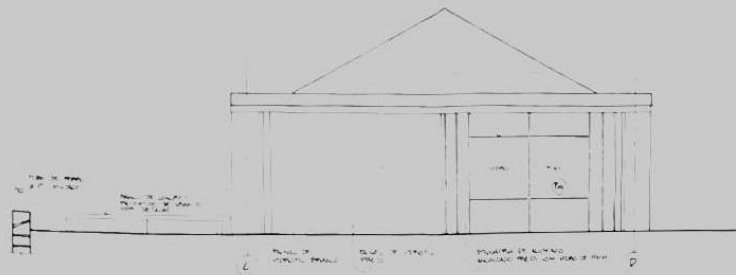
✓ Não será permitido nenhum serviço extra ou que não seja o objeto do contrato que limita a operação e exploração apenas dos serviços de uso público das áreas previstas neste Termo de Referência no interior do Parque Natural Municipal da Catacumba.

✓ A guarda e a segurança dos equipamentos necessários à operação das atividades serão de responsabilidade da concessionária, não cabendo à Secretaria Municipal de Ambiente e Clima qualquer ressarcimento por furtos ou danos.

15. ELEMENTOS DE ARQUITETURA: PLANTAS HISTÓRICAS DO PARQUE

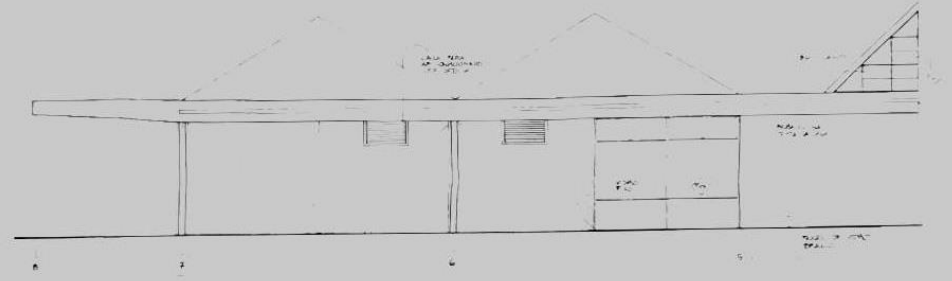
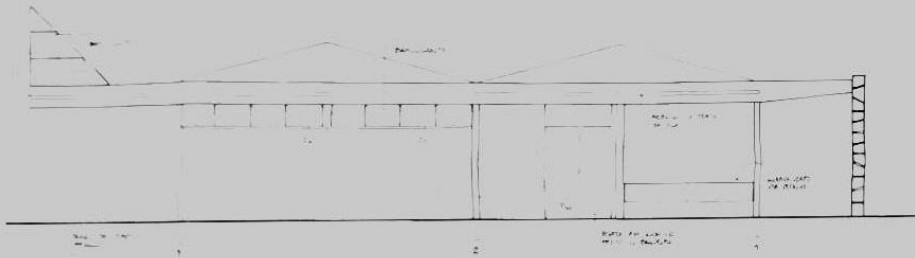






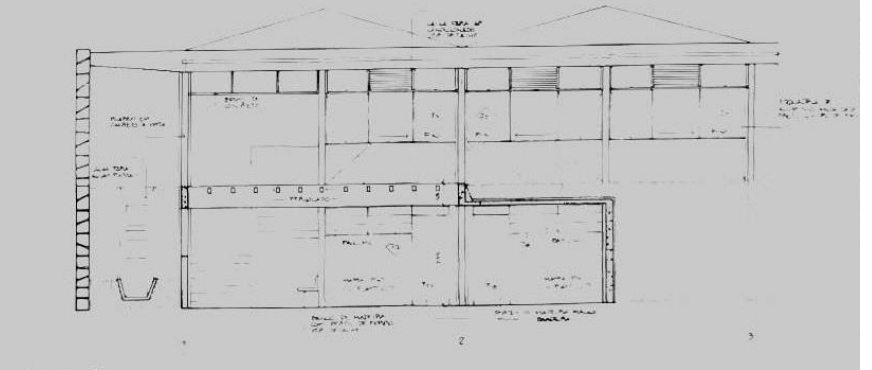
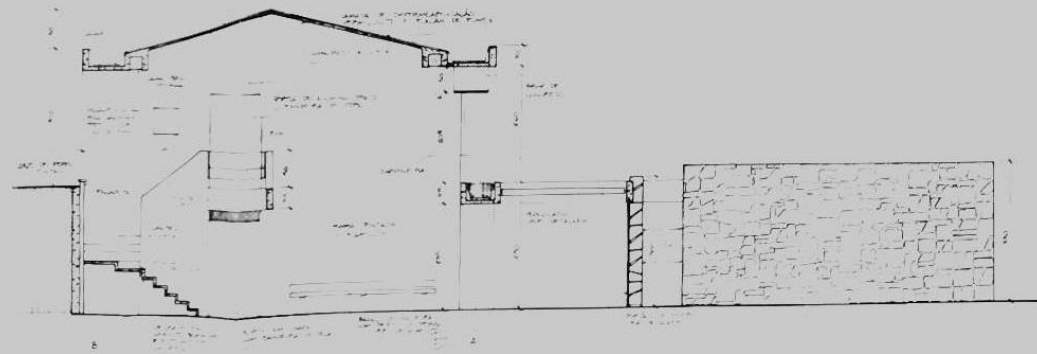
1/2" = 1'-0"

1/2" = 1'-0"



1/2" = 1'-0"

1/2" = 1'-0"



1/2" = 1'-0"